

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE LETRAS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

A SUBJETIVIDADE NA LINGUAGEM: Uma proposta de análise

(Unidade e Dispersão)

Valdir Flores

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora como exigência
parcial para a obtenção do grau
de Mestre em Letras: Língua
Portuguesa.

Prof. Dr(a). Eleni Jacquês Martins

Orientadora

Porto Alegre, setembro de 1993.

T
412
F6345

2

"Onde queres o sim e o não, talvez.."

(Caetano Veloso)

AGRADECIMENTOS

À Prof. Dra. Eleni Jacques Martins, pela atenção dedicada às minhas dúvidas e pela dignidade (exemplar) com que conduz a sua profissão.

À Margareth Schaafer, pelo apoio sem o qual, dificilmente, eu poderia ter realizado este curso, pela orientação amiga sempre presente e pelas discussões teóricas que fizemos.

À Noili Demaman, pelo incentivo carinho e respeito com que sempre me tratou.

À Maria Helena Winckler, pela presença amiga e pela ajuda na coleta do corpus colocando à minha disposição várias publicações

Ao PICD-CAPES e à Universidade de Ijuí (UNIJUÍ).

À todos os que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE FIGURAS	6
RESUMO	7
RESUMEN	8
1. INTRODUÇÃO	9
2 A SUBJETIVIDADE NA LINGUAGEM; observações preliminares	12
2.1 As teorias da enunciação	17
2.2 A teoria do discurso	38
2.3 Problemas e perspectivas	50
Notas	61
3 APRESENTAÇÃO DE UMA HIPÓTESE	63
3.1 Primeiro plano: o textual	66
3.1.1 A enunciação	67
3.1.2 Unidades de análise	70
3.1.3 Polifonia e dispersão	74
3.1.4 Pressuposição, polifonia e dispersão	80
3.2 O Segundo plano: o discursivo	95
3.2.1 A Unidade: o princípio da autoria	95
Notas	104

4 SOBRE O CORPUS	106
4.1 Apresentação do corpus	108
4.2 Análise	110
4.3 Considerações Finais	138
5 CONCLUSÃO	141
6 BIBLIOGRAFIA	145

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 Planos de dispersão do sujeito	65
FIGURA 2 Níveis do plano textual com as figuras enuncia tivas	94
FIGURA 3 Planos de unidade e dispersão do sujeito com as figuras enunciativas	101

RESUMO

Este trabalho tem por objetivos analisar as diferentes perspectivas da questão da subjetividade na linguagem, avaliando as teorias pragmáticas da enunciação e do discurso, bem como propor uma análise do sujeito articulada em dois planos: o textual e o discursivo. O aparato teórico-metodológico que sustenta esta investigação é produto de uma articulação entre a perspectiva da Escola de Análise do Discurso Francesa, em especial a partir de Michel Pêcheux e a Teoria Polifônica da Enunciação de Oswald Ducrot, a fim de dar conta da subjetividade enquanto dispersão (implícita ou não) e unidade (efeito ideológico). Quanto a esta última, recorreu-se ao conceito de "autor" desenvolvido por Foucault para apresentá-lo como uma função enunciativa marcada pela ideologia.

RESUMEN

Este trabajo tiene por objetivo analizar las distintas perspectivas de la cuestión de la subjetividad en el lenguaje, evaluando las teorías pragmática de la enunciación y del discurso, bem como proponer un análisis del sujeto articulado en dos planes: el textual y el discursivo. El aparato teórico-metodológico que costiene esta investigación es producto de una articulación entre la perspectiva de la Escuela de Análises del Discurso Francesa, en especial a partir de Michel Pêcheuse y la Teoría Polifónica de la Enunciación de Oswald Ducrot, a fin de dar cuenta de la subjetividad en cuanto dispersión (implícita o no) y unidad (efecto ideológico). Quanto a esta última se recorrió al concepto de "autor" desarrollado por Foucault, para presentarlo como la función enunciativa marcada por la ideología.

1. INTRODUÇÃO

Há muito o homem procura formas de dominar o seu meio. Indiscutivelmente, a busca do conhecimento é determinante para que ele entenda, transforme e reproduza a realidade que lhe é constitutiva. Nesse quadro, parece que a linguagem, em função de sua complexidade, fascina os pensadores de todos os tempos.

A linguagem é a própria condição de existência do homem frente ao seu semelhante. Sua vida em sociedade, seu pensamento, suas emoções, vontades e atos se realizam via linguagem e só por ela podem ser traduzidos. Entretanto, apesar de tanta afinidade, temos dificuldade em encará-la objetivamente e fazê-la objeto de estudo despojado de qualquer juízo de valor. Isso obriga-nos a romper barreiras e derrubar tabus geralmente taxativos e meramente especulativos.

Parece que somos levados a concordar com o conceito antropológico de Benveniste para quem antes de qualquer função ou finalidade a linguagem é fundante, ela constitui o homem e o propõe como sujeito. E a subjetividade na linguagem é, exatamente, o centro de investigação deste trabalho. Mas reivindicar o estudo da subjetividade não confere à Linguística nenhuma supremacia em relação às demais áreas do conhecimento, dada a amplitude do tema, constantemente abordado pela psicologia, filosofia e até por outros domínios.

Como assumimos o ponto de vista da Linguística no estudo da questão, no segundo capítulo resgatamos duas perspectivas consagradas no estudo do problema, são elas: as Teorias da Enunciação e a Análise do Discurso. Quanto as primeiras revisamos as propostas de Benveniste e Bakhtin. Na segunda estudamos o referencial teórico de Pêcheux. Finalmente, buscamos uma crítica a essas teorias a fim de instrumentalizar uma abordagem própria da subjetividade. Nesse sentido, retomamos o trabalho de Eleni Martins (1990) apresentando-o como argumento para o nosso objetivo, ou seja, relativizar as posturas já estudadas.

No terceiro capítulo apresentamos uma hipótese operacional de estudo do sujeito inspirada nas noções de "unidade" e "dispersão" desenvolvidas por Orlandi (1988). Para tanto, propomos a análise da subjetividade dividida em dois planos concomitantemente: o textual e o discursivo. No primeiro incluímos a idéia de nível pressuposto e nível posto.

Ainda no mesmo capítulo, retomamos a Teoria Polifônica de Ducrot para a análise da dispersão no plano textual e a teoria de Pêcheux e Foucault para a análise da unidade no plano discursivo.

No quarto capítulo, no sentido de comprovar empiricamente a hipótese, fizemos a aplicação das idéias desenvolvidas no item anterior. Assim, buscamos explicitar a representação da subjetividade em um corpus retirado de jornais e revistas, cujas instruções à análise foram fornecidas pela Semântica Argumentativa. Cabe ressaltar que esta pesquisa está inserida nos domínios das teorias pragmáticas da enunciação articuladas com as teorias e análise do discurso.

2 A SUBJETIVIDADE NA LINGUAGEM: OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

O problema da subjetividade na linguagem tem sido alvo de acirradas discussões por parte de filósofos, lingüistas e intelectuais em geral. As posturas assumidas por esses pensadores são, de tal forma, diferentes que chegamos a nos perguntar: estarão eles refletindo sobre a mesma questão? Será ela, realmente, tão heterogênea que a consensualidade não passa de uma utopia?

Seguramente, essas indagações têm permeado o pensamento dos principais teóricos da modernidade. No entanto, o nosso objetivo não é propor uma interpretação na busca da consensualidade é, antes, fazer uma investigação das teorias, avaliando seus domínios e sublinhando os pontos que poderiam, se somados, contribuir para uma reflexão e análise ampla. Como nossa preocupação é orientar este trabalho em uma perspectiva lingüística, só

faremos alusão às outras áreas do conhecimento quando entendermos que estas contribuirão para o enriquecimento das reflexões no âmbito lingüístico.

Parece-nos que se, de um lado, discutir a subjetividade faz parte da história do conhecimento, de outro, percebemos que a lingüística relegou-lhe o lugar dos esquecidos. (1) Estamos nos referindo ao marco da lingüística do nosso século - o **Curso de Lingüística Geral** de Ferdinand Saussure.

Nesse livro, composto a partir de anotações de seus alunos, Saussure estabelece os fundamentos da ciência. A indagação inicial do autor problematiza, exatamente, o objeto de investigação da lingüística, ou seja, se "o ponto de vista cria o objeto" como seria este objeto? Como deveríamos estudá-lo?

Saussure elege a "langue", isto é, o sistema de uma língua que o cientista deve investigar não enquanto atos de fala (parole), mas enquanto regras de combinações constitutivas do sistema. Com a separação langue/parole,

"Separa-se ao mesmo tempo: 1º o que é social do que é individual; 2º o que é essencial do que é mais ou menos acidental" (Saussure, 1971, p. 22)

Fica, portanto, excluído do estudo qualquer manifestação individual da língua, qualquer manifestação do sujeito.

Por outro lado, o americano Noam Chomsky estabelece sua teoria com o intuito de criticar o estruturalismo, sem no entanto, em nossa opinião, abordar a atividade do sujeito.

Chomsky amplia consideravelmente o estudo da linguagem humana por considerá-la um sistema aberto, isto é, criativo. A criatividade é a capacidade que o falante nativo tem de construir e entender um número indefinido de sentenças que jamais tenha ouvido ou que nunca foram antes enunciadas. Essa capacidade, segundo Chomsky, é inconsciente e irrefletida, e é isso que diferencia a linguagem humana de todos os outros sistemas de comunicação que são, em sua maior parte, fechados.

Através da noção de competência, o lingüista americano introduz o conceito de "locutor-ouvinte-ideal", que apesar da semelhança terminológica com as teorias enunciativas, em nada contribui para o estabelecimento dessas.

O "locutor-ouvinte-ideal" não é um sujeito inserido em um contexto e nem é constituído na enunciação.

Contrariamente a isso, é uma abstração teórica que apesar de ser dotado de competência, apenas funciona como um "identificador" da gramaticalidade e aceitabilidade das sentenças.

Embora qualquer trabalho em lingüística, hoje, seja tributário a Saussure e a Chomsky, tanto a lingüística da "langue" como a da "competência" excluíram a subjetividade de seus estudos. Isso se deu porque a atividade do sujeito deve ser tratada em uma dimensão pragmática e nos objetivos idealizados por aquelas perspectivas teóricas não cabem nem o ato verbal, nem suas circunstâncias.

De nossa parte, acreditamos ser possível o estudo da subjetividade de um ponto de vista lingüístico sem, com isso, infringirmos o rigor da análise, próprio da lingüística. Prova disso, são as reflexões inseridas no que se convencionou chamar de Lingüística Enunciativa, em todas as perspectivas que nela se cruzam.

Na Lingüística da Enunciação, o sujeito é colocado no centro da reflexão lingüística, privilegiando a forma pela qual ele se marca naquilo que é enunciado, ou como diz Todorov:

"... quando se fala, em lingüística de enunciação (...) não se visa nem o fenômeno

físico da emissão ou recepção da fala, que depende da psicolinguística ou de uma de suas subdivisões, nem as modificações introduzidas no sentido global dos enunciados pela situação, mas os elementos pertencentes ao código da língua e cujo sentido no entanto depende de fatores que variam de uma enunciação para outra; por exemplo eu, tu, aqui, agora.

Em outras palavras, o que a linguística retém é a marca do processo de enunciação no enunciado" (Ducrot e Todorov, 1988, p. 289).

Com este trabalho, pretendemos abordar a questão embasados na pragmática. Assim, "a priori" estabelecemos algumas considerações que nortearão o nosso estudo: o sujeito, acreditamos, deve ser descrito numa relação dialógica no plano histórico de cada enunciação, isto é, nossa primeira indagação refere-se à maneira como se constitui linguisticamente o sujeito, e como devemos abordá-lo sem que se abdique dos aspectos sociais que lhe são constitutivos.

Como faremos uma investigação linguística, elegemos alguns textos para servir de "corpus" de análise. Optamos por analisar as publicações geralmente denominadas de "Frases", comuns nos jornais e revistas do país. Esses textos são, enfim, pequenas citações que exprimem diversas opiniões sobre diferentes assuntos, contextualizados de forma aparentemente impessoal pelo jornal. Cabe ainda

ratificar que inscrevem-se em um determinado universo de discurso.

Antes disso, porém, devemos procurar em teorias consagradas a atenção dispensada ao sujeito a fim de definir o nosso objeto de estudo. Para tanto, fizemos um recorte de concepções que, embora de pontos de vista diferentes, elegem a problemática enunciativa como sendo o enfoque que menos mutila a análise semântica da linguagem, são elas: as Teorias da Enunciação e as Teorias da Análise do Discurso.

2.1 As Teorias da Enunciação

Émile Benveniste, um dos autores fundamentais das Teorias da Enunciação, propõe uma discussão que coloca o sujeito no centro da investigação lingüística, isto é, considera o locutor na relação dialógica e como tal devendo ser estudado. Assim, a linguagem teria como característica proporcionar a constituição do sujeito no ato de apropriação da língua pelo locutor. A língua, por sua vez, teria as formas adequadas a essa apropriação, ou seja, a categoria de pessoa através da qual o locutor designar-se-ia como "eu" e ao outro como "tu".

Essa perspectiva teórica apresenta a subjetividade como sendo um processo lingüístico e, portanto, relevante para o nosso trabalho. Faremos, pois, um rastreamento dos fundamentos desta teoria com o objetivo de avaliar a análise que ela possibilita.

No texto "Estruturas das relações de pessoa no verbo" (1946), Benveniste faz as primeiras considerações sobre a subjetividade e sua relação com a categoria de pessoa. O autor enfatiza sistematicamente a distinção no sistema pronominal entre as duas primeiras pessoas (eu/tu) e a terceira (ele) prática essa ratificada em outros artigos e que à medida que forem apresentados, ilustrarão o pensamento do autor.

A oposição entre o "eu/tu" e o "ele" se dá em duas correlações: a de personalidade e a de subjetividade. A primeira estabelece a característica de pessoa - comum ao "eu/tu" e ausente em "ele"; a segunda, realça o estatuto de "pessoa subjetiva" pertinente só ao "eu". (2)

Nas duas primeiras pessoas há concomitância entre a pessoa implicada e o discurso sobre ela, isto é, o discurso produzido por "eu" designa o locutor e é sempre um discurso sobre o locutor. Da mesma forma, o "tu" é instaurado por "eu" podendo no diálogo, assumir a posição de locutor.

Para Benveniste, essa categoria (de pessoa) só é pertinente ao "eu/tu" enquanto que o "ele" é, exatamente, a forma para indicar a não-pessoa. (3) Essa oposição se dá como os membros de uma correlação por ele denominada de "correlação de personalidade".

A segunda oposição traçada é entre "eu" e "tu". Conforme Benveniste, o "eu" possui as características de interioridade e transcendência ausentes em "tu", ou seja, a primeira pessoa é sempre interior ao enunciado e transcendente em relação à segunda. A oposição "eu/tu" se estabelece em uma "correlação de subjetividade":

"Poder-se-á, então, definir o 'tu' como pessoa não subjetiva que 'eu' representa; e essas duas 'pessoas' se opõem juntas à forma da 'não pessoa' (ele)" (Benveniste, 1989, p. 255).

Em "A natureza dos pronomes" (1956) Benveniste avança em direção a uma teoria que defende a universalidade dessas formas linguísticas.

O autor reafirma sua postura de ser a noção de pessoa pertinente somente ao "eu/tu" e abolida em "ele", introduzindo uma distinção de níveis da linguagem. Valendo-se da diferenciação entre sintaxe, semântica e pragmática proposta por Morris, Benveniste situa o "eu/tu"

no nível pragmático da linguagem e o "ele" no nível sintático já que tem por função combinar-se com uma referência objetiva, substituindo ou representando outros segmentos do discurso. Assim, o "tu" é definido na instância de discurso que o contém, isto é, faz referência quando enunciado à instância de discurso que contém "eu":

"há pois nesse processo uma dupla instância conjugada: instância de 'eu' como referente, e instância de discurso contendo 'eu', como referido" (Benveniste, 1989, p. 279)

O fato de Benveniste ter situado estes signos no nível pragmático da linguagem, sugere que estas formas pronominais não remetem nem à realidade nem a objetos, devendo, portanto, serem definidas sempre que enunciadas pelo reflexo do seu próprio uso. É essa ausência de referência material que permite a alternância entre o "eu" e o "tu", condição "sine qua nom" da subjetividade. A apropriação da língua pelo locutor identificado por "eu" é que lhe confere o estatuto de sujeito:

"Assim os indicadores 'eu' e 'tu' não podem existir como signos virtuais, não existem a não ser na medida em que são atualizados na instância de discurso, em que marcam para cada uma das suas próprias instâncias o processo de apropriação pelo locutor" (Benveniste, 1988, p. 281).

Em 1958, Benveniste escreve um texto que vem precisamente ao encontro da nossa investigação, entretanto, optamos por referenciá-lo somente agora por entendermos que este artigo é produto das reflexões expostas anteriormente. Em "Da subjetividade na linguagem", o autor parte de uma concepção antropológica de homem para em seguida fundamentá-la linguisticamente. A indagação inicial faz-se nestes termos: se a linguagem deve ser considerada como um instrumento de comunicação, a quem deve ela essa propriedade? Dois motivos à medida que são sugeridos são também descartados. O primeiro trata do fato da linguagem ser a melhor opção dos homens para que se comuniquem; o segundo, considera a linguagem possível de uma descrição em termos de estímulo e resposta.

Ora, ver a linguagem como um instrumento é opor o homem à natureza, ou seja, é admitir, em algum momento, a situação na qual um homem em confronto com outro teria criado a linguagem. No entanto, "não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a" (Benveniste, 1988, p. 295).

A passagem da visão antropológica de homem para uma representação no sistema da língua se dá na apropriação, pelo locutor, das formas que a língua oferece para que ele se apresente enquanto sujeito. A subjetividade para

Benveniste, é a capacidade que o locutor tem de se propor como sujeito em uma relação de reversibilidade entre o "eu" e o "tu".

Entendemos, agora, a insistência de Benveniste em manter a divisão do sistema pronominal. Os signos pertencentes ao nível pragmático são as formas adequadas à disposição do locutor no processo de constituição do sujeito. A relação de alternância e reversibilidade do "eu" e do "tu" possibilita a própria linguagem, essa por sua vez, realizada intersubjetivamente.

O processo de apropriação da língua pelo locutor fica bem mais claro no texto "O Aparelho Formal da Enunciação" (1970), no qual Benveniste tenta estabelecer as formas relevantes do ato de produção de um enunciado enquanto indicadoras da subjetividade. Nesse texto o autor concebe uma oposição entre a Lingüística das Formas e a Lingüística da Enunciação. À primeira caberia a descrição das regras responsáveis pela organização sintática da língua, ou seja, admite-se um objeto estruturado devendo-se, contudo, descrever as regras imanentes a ele. A segunda pressupõe a anterior e inclui no objeto de estudo a enunciação.

Para Benveniste, "a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização" (Benveniste, 1989, p.82). Com esta definição separa-se, ao mesmo tempo, o ato, objeto de estudo da Linguística da Enunciação, do produto, isto é, o texto. Assim, é possível estabelecer as formas necessárias para a realização do ato.

A produção de um enunciado tem como condição necessária (e suficiente) um locutor, formalizado nas marcas de primeira pessoa, e um alocutário, formalizado nas marcas de segunda pessoa. Dessa forma, a língua só é língua quando enunciada em instância de discurso (antes ela é apenas possibilidade de língua) tendo como parâmetro um "eu" e um "tu". A língua possui, pois, o aparelho formal do qual o locutor (eu) se apropria para enunciá-la, da mesma forma, e em função da sua transcendência, o locutor estabelece o alocutário (tu) esteja este presente ou não no momento da produção do ato.

O fenômeno da referencialidade, decorrente dessa apropriação, é apresentado em dois níveis: um pertencente à intersubjetividade: o locutor referindo a sua própria enunciação, internamente, e o alocutário co-referindo no processo de reversibilidade; outro no nível sintático, domínio da não pessoa (ele) referindo anaforicamente. Além disso, no paradigma do "eu/tu", Benveniste acrescenta todos

os indicadores de dêixis que referem à instância de enunciação de "eu". Ducrot sabiamente lembra:

"O que é digno de observação no pronome 'eu' não é somente o fato de constituir ele um meio abreviado para falar da gente mesmo; é, sobretudo, o fato de que obriga aquele que fala a designar-se com a mesma palavra que seu interlocutor também utilizará para designar-se a si mesmo. O emprego do 'eu' (o mesmo poderia ser dito do 'tu') constitui, portanto, um aprendizado e um exercício constante da 'reciprocidade'" (Ducrot, 1977, p.11).

Resumindo o que dissemos até agora sobre o problema da subjetividade em Benveniste, depreendemos que na definição da categoria de pessoa está situado o fundamento lingüístico da subjetividade. A característica de "pessoa" possibilita a oposição de "eu/tu" a "ele" (correlação de personalidade), entretanto, o "eu" é que estabelece essa correlação referente ao "tu", é a partir dele e em função de sua transcendência que se tem o "outro" na constituição da realidade dialógica da linguagem. O mérito de Benveniste não está em afirmar que a segunda pessoa é o alvo da enunciação da primeira, mas sim que ela é a pessoa sem a marca de subjetividade, contrariamente a "eu" que é marcado subjetivamente. Assim, o autor inclui na "correlação de personalidade" uma "correlação de subjetividade" opondo, agora, o "eu" ao "tu".

Feitas essas distinções sobre o traço de "pessoa", Benveniste introduz a enunciação no enunciado no sentido de serem as formas lingüísticas a possibilidade de o locutor referir e referir-se pelo discurso, isto é, o nível pragmático é exatamente aquele que propicia o funcionamento da linguagem no processo de apropriação pelo locutor. A enunciação, por sua vez, pode ser estudada mediante a identificação das formas que a linguagem oferece ao locutor.

Finalmente, gostaríamos de reter de Benveniste as seguintes formulações teóricas que acreditamos estarem presentes em todo o seu pensamento:

a) sujeito é aquele que se apropria da forma "eu" no ato de enunciação do discurso;

b) a intersubjetividade é estabelecida pelo "eu" em função de sua transcendência em relação ao "outro", motivo pelo qual é a única forma adequada para a constituição do sujeito;

c) a categoria de "pessoa" (por oposição a "não-pessoa") é a possibilidade dos locutores se proporem como sujeitos no processo de reversibilidade constitutivo da linguagem.

O conceito de subjetividade é responsável por uma divisão teórica que coloca em uma extremidade Benveniste e na outra, pensadores na perspectiva do materialismo dialético. A primeira, como vimos, entende o sujeito como "fonte da linguagem", ser responsável e dotado de autonomia sobre seus atos. A segunda trabalha com noções de ideologia com vistas às propriedades histórico-sociais.

É essa segunda concepção que examinaremos a partir de agora, entretanto, nosso objetivo não é contrapô-la à anterior, apresentando-a como a visão "correta", mas sim investigar seus princípios e os fenômenos que a análise por ela sugerida contempla. Continuaremos, ainda, na perspectiva das Teorias da Enunciação, mas em uma direção diferente, estudaremos o pensamento de Mikhail Bakhtin priorizando a sua concepção de sujeito.

Bakhtin é um teórico que se dedicou a estudar diferentes domínios das ciências humanas indo desde a psicologia, passando pela filosofia da linguagem, até a crítica e teoria literárias. Faremos uma exposição de suas idéias através de temas de sua investigação contidos, basicamente, em duas obras que apresentaremos cronologicamente: **Marxismo e Filosofia da Linguagem** (1929); **Problemas da Poética de Dostoiévsk** (1929).

Em 1929 é publicado *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, sob o pseudônimo de Volochinov, afirmando ser o signo um produto ideológico que reflete e refrata uma realidade que lhe é exterior. Assim, o autor enfatiza o valor semiótico inerente ao signo, exatamente, em função de sua constituição ideológica. Entretanto, o signo depende da interação entre duas consciências individuais para ter valor semiótico. A consciência individual, por sua vez, não é constituída "a priori" é, antes, um fato sócio-ideológico formado por signos. É na comunicação social que se tem a existência do signo.

A linguagem, afirma Bakhtin, deve ser estudada no interior das relações sociais:

"assim como, para observar o processo de combustão, convém colocar o corpo no meio atmosférico, da mesma forma, para observar o fenômeno da linguagem, é preciso situar os sujeitos - emissor e receptor do som - bem como o próprio som no meio social" (Bakhtin, 1988, p. 70).

O que se tem é, na verdade, a linguagem como algo social possível na relação intersubjetiva que também é social.

O autor procura a natureza do objeto de um estudo linguístico, para tanto destaca duas orientações de análise desse objeto; são elas: "o subjetivismo idealista"

e "o objetivismo abstrato". Para o nosso trabalho é fundamental que se recupere o percurso feito por Bakhtin na crítica as duas orientações em função de que sua proposta é produto dessa crítica.

Assim, conforme Bakhtin, a primeira teoria defende a criação individual do ato de fala, e o lingüista teria por tarefa descrever esse ato.

A segunda, opõe-se à anterior através da noção de sistema. Aqui não se trabalha mais na perspectiva da língua enquanto um processo mutante por natureza e, fundamentalmente, individual. É, pois, a regularidade (fonética, lexical e gramatical) que concede à língua o caráter de "união" relacionado à determinadas normas que garantem a unicidade do sistema lingüístico. A língua assim definida,

"... opõe-se ao indivíduo enquanto norma indestrutível, peremptória, que o indivíduo só pode aceitar como tal" (Bakhtin, 1988, p. 78).

O ato individual está ligado ao sistema inutável e, portanto, pelo indivíduo não pode ser mudado. Exclui-se desse trabalho qualquer relação à ideologia - condição social de existência da linguagem como processo

intersubjetivo. É, antes, o estabelecimento de leis imanentes e específicas do sistema.

O "objetivismo abstrato", ao afirmar a predominância de um estudo que visa as relações entre os signos, (internamente ao sistema) renega a realidade enquanto reflexo do signo, excluindo o sujeito. Prioriza, isto sim, o receptor em detrimento da relação dialógica. Nessa perspectiva, o objeto passível de investigação científica é a língua entendida como um sistema de formas, arbitrário e imutável, no entanto recusa-se a estudar a fala em função da sua inadequação a uma abordagem rigorosa.

Ao retomarmos a leitura que Bakhtin faz dessas orientações do pensamento filosófico-lingüístico, não chegamos a uma noção de sujeito que contemple nossas inquietações. No entanto, percebemos o tratamento dado (ou não) ao elemento subjetivo. A seguir tentaremos recuperar as críticas feitas às orientações na busca do conceito de sujeito do autor.

Bakhtin afirma que todo o sistema de normas sociais tem existência somente quando relacionado pela consciência subjetiva individual que obedece a essas normas. Entretanto, alerta, a língua não existe para a consciência subjetiva somente como um sistema de normas, visto que ele

é um produto da teorização e não uma elaboração por parte do sujeito para fins comunicacionais.

A língua deve ser vista enquanto realidade enunciativa concreta e não como um sistema de formas indiferentes à significação adquirida no contexto. É na realidade enunciativa que se assegura o processo de compreensão entre um locutor e um receptor, e em um contexto, essencialmente, dialógico.

"A língua em seu uso prático, é inseparável de seu conteúdo ideológico ou relativo à vida. Para se separar abstratamente a língua de seu conteúdo ideológico ou vivencial, é preciso elaborar procedimentos particulares não condicionados pelas motivações da consciência do locutor" (Bakhtin, 1988, p. 96).

O sistema imutável desvincula a enunciação de sua natureza dialógica, por isso Bakhtin alerta para o caráter essencialmente dialógico da atividade linguística. O "objetivismo abstrato" recusa-se a abordar a linguagem na sua realidade enunciativa, dessa forma, rejeita o ato individual de fala. A partir de então, Bakhtin passa a criticar a antítese desta orientação teórica, ou seja, o "subjetivismo individualista", que, na opinião do autor, também omite a natureza social da enunciação.

O "subjativismo idealista" apresenta a enunciação como um ato unicamente individual e como expressão da consciência. A expressão é, então, para o indivíduo, a exteriorização de seus sentimentos, intenções, gostos, etc. Uma teoria que repouse sobre esta concepção admite a construção do que deve ser expresso independente da expressão propriamente dita. Não obstante, fica claro o estabelecimento de uma separação entre o que é fonte de objetividade, isto é, o conteúdo interior, e o que se apresenta como produto, sua objetividade exterior. Para Bakhtin, estes fundamentos são falsos e conduzem à hierarquização entre o que é conteúdo interior da consciência e a sua expressão.

De acordo com o autor, deve-se eliminar esta dualidade, visto que ela admite um momento de existência para a atividade mental independente da expressão:

"qualquer que seja o aspecto da expressão-enunciação ela será determinado pelas condições reais da enunciação em questão, isto é, antes de tudo pela situação social mais imediata" (Bakhtin, 1988, p. 112).

Dessa maneira, há sempre a interação de dois indivíduos constituídos socialmente, esses por sua vez, se relacionam através da linguagem, material semiótico ideológico.

No "subjetivismo idealista" privilegia-se o conteúdo interior da consciência do qual a expressão seria a possibilidade de exteriorização. Para Bakhtin, devemos rejeitar esta concepção. A enunciação não é um ato puramente individual, ela é produto da interação social, sua significação é exterior ao indivíduo e dependente do meio social no qual aconteceu. O "subjetivismo idealista", do ponto de vista do autor, tem razão em afirmar que a enunciação individual é a verdadeira substância da língua, entretanto, peca quando retira a enunciação do contexto social.

Esses parecem ser os erros das duas orientações teóricas. Tanto o "objetivismo abstrato", como o "subjetivismo idealista" têm uma visão monológica sobre a linguagem; seja na exclusão do sujeito do fenômeno lingüístico ou na integração do sujeito como elemento independente da relação social que, na verdade, o constitui.

A subjetividade é, portanto, um conceito basilar na teoria de Bakhtin, sem o qual é impossível entender as idéias que propõe nas diferentes áreas do conhecimento. O sujeito, para ele, se constitui em uma relação intersubjetiva, isto é, se a consciência é lingüística, e a língua é o lugar do confronto sócio-ideológico, então a

consciência é social e sua condição de existência é, exatamente, esta realidade semiótica (material) que atua sobre o mundo.

O sujeito, assim, só existe na relação de interação lingüística. A palavra sempre é orientada na direção do "outro", ela é o resultado da relação intersubjetiva na especificidade dos envolvidos (sujeito falante, receptor, etc...). Essa concepção permeia todo o pensamento de Bakhtin e sustenta as diferentes perspectivas de diálogo que apresenta.

Passemos, agora, a outra noção de dialogia apresentada pelo autor em **Problemas da Poética de Dostoiévski** (1929). Neste texto, como sugere o título, Bakhtin aplica ao romance as reflexões que faz sobre a constituição social do sujeito só que em busca da definição de uma dialogia interna ao romance por ele denominada de polifonia.

O fato de termos apresentado primeiro as idéias de Bakhtin contidas em **Marxismo e Filosofia da Linguagem** deve-se a importância que atribuímos ao princípio da intersubjetividade contido nesse texto, cuja abordagem acreditamos ser fundamental para a compreensão da teoria polifônica desenvolvida em **Problemas da Poética de**

Dostoiévski. Fica claro que nossa exposição, embora os dois textos sejam contemporâneos, não segue uma linha cronológica e sim temática.

Segundo Bakhtin, o herói de Dostoiévski tem competência ideológica no sentido de não ser objetivado no discurso do autor, isto é, o herói não é um objeto da consciência do autor, é, pois, um mundo novo não de objetos mas de sujeitos. O romance de Dostoiévski possui uma polifonia plurivalente, ou seja, as vozes possuem um valor idêntico em relação às demais.

Assim, Bakhtin chama a atenção não para as vozes monopolizadoras constantes na literatura até então, mas polemiza a questão do diálogo como produto de várias consciências sem que uma objetive a outra. O romancista coloca de uma forma artística aquilo que para Bakhtin é inerente à linguagem humana: o diálogo.

"As relações dialógicas - fenômeno bem mais amplo do que as réplicas do diálogo expresso composicionalmente - são um fenômeno quase universal, que penetra toda a linguagem humana e todas as relações e manifestações da vida humana, em suma, tudo o que tem sentido e importância" (Bakhtin, 1981, p. 34).

As posturas adotadas em **Marxismo e Filosofia da Linguagem**, no qual a interação verbal é condição necessária e suficiente para a constituição do sujeito são aplicadas, agora, ao texto literário. A relação autor/personagem se dá dessa forma, o autor não se identifica com as vozes dos personagens, nem exerce uma função de dominação sobre elas. É antes, o lugar de "regência" do concerto que se instaura no interior do texto. Ou como diria Stam (1991):

"a estratégia central de Dostoiévski, segundo Bakhtin, não está em defender o poder dominador do argumento ou do discurso de um dos personagens, mas em catalisar a interação criativa dos discursos heteroglotas dos diferentes personagens" (Stam, 1991, p. 37).

Com este entendimento sobre a obra de Dostoiévski, Bakhtin afirma que a personagem é revelada dialogicamente, representando-se na autoconsciência e na auto-enunciação, isto é, o que vale na constituição do discurso da personagem e, portanto, dela própria é a existência do "outro". As personagens de Dostoiévski são assim; pois, são sujeitos e não objetos de criação, elas dialogam com o autor (ou narrador) ou até mesmo com suas consciências. No romance polifônico a personagem é uma consciência e também um ideólogo, o que não acontece no romance "monológico" (4) no qual a idéia não é de ninguém.

Bakhtin quer determinar a construção das personagens de Dostoiévski através da linguagem, afirmando que seu trabalho teórico se refere à língua em funcionamento e não ao objeto teórico da lingüística (a noção de sistema exposta acima). Ele diz que a lingüística, em função da noção de língua que elaborou, não a estuda do ponto de vista dialógico, porém o estudo da língua não pode ser abstraído do fenômeno concreto que a realiza: "a linguagem vive apenas na comunicação dialógica daqueles que a usam" (Bakhtin, 1981, p. 158).

Neste momento do desenvolvimento de suas idéias, o autor diz que as relações dialógicas estão no campo do discurso que é eminentemente dialógico, devendo, então, ser estudado pela chamada "metalingüística", mais ampla que a lingüística, visto que não estuda a língua nem na concepção de sistema, nem enquanto texto exterior à comunicação. Para Bakhtin, as relações dialógicas efetivam-se na passagem das relações lógicas ao discurso, isto é, na enunciação produzida por um determinado autor:

"as relações (dialógicas) são absolutamente impossíveis sem relações lógicas e concreto-semânticas, mas são irreduzíveis a estas e têm especificidade própria" (Bakhtin, 1981, p. 159).

Ora, nesta concepção, até mesmo uma palavra pode ser dialógica, desde que se escute nela a voz do "outro". O diálogo, assim concebido, ultrapassa o domínio da lingüística. Definir o discurso em relação ao seu próprio objeto não leva ao entendimento do fenômeno da linguagem, pois o discurso está voltado para o discurso do "outro", isto é, o outro contexto da enunciação.

Segundo o autor, essas relações dão-se também no interior do enunciado, desde que, a exemplo do caso anterior, se escute também a palavra do "outro". Essas são orientadas conforme as nossas necessidades, a palavra neutra é uma ilusão, sempre falamos o que já nos foi "dito" um dia. Assim, a palavra é derivada de um contexto que lhe é anterior. Eis a polifonia.

O conceito de sujeito que subjaz ao de polifonia fica expresso quando Bakhtin afirma que Dostoiévski não objetiva seus personagens, e sim entende-os como sujeito (autoconsciência constituída na relação dialógica).

Torna-se, portanto, compreensível o fato do monólogo ter sido tratado por Todorov no artigo consagrado ao estilo no **Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem**. O monólogo, só existe enquanto estilo literário. Mas até mesmo aí, segundo Bakhtin, ele está

orientado para um interlocutor. A consciência da personagem está voltada para o "outro" para se constituir enquanto tal.

No percurso da exposição das idéias dos dois autores fundamentais da Teoria da Enunciação, encontramos diversos conceitos que tratamos de forma pouco aprofundada. Isso deu-se conscientemente, visto que temos um objetivo que é desvendar o conceito de sujeito nas teorias antes apresentadas. Se tangenciamos algumas questões foi com o intento de restringir o escopo de nossa investigação. Estamos, pois, na busca de elementos que possibilitem a formulação de um conceito adequado a nossa perspectiva de trabalho. Faremos em um momento posterior (item 2.3) uma avaliação mais detalhada dos procedimentos aqui expostos o que pode proporcionar uma perspectiva própria de análise.

2.2 A Teoria do Discurso

No item anterior fizemos uma exposição das idéias de dois representantes das Teorias da Enunciação. De um lado está Benveniste que propõe a constituição do sujeito (intersubjetivamente) no ato de apropriação pelo locutor das formas (eu/tu) que a língua coloca a nossa disposição; de outro, está Bakhtin que afirma ser o sujeito constituído enquanto autorconsciência (ideológica) na relação com o

"outro". Benveniste apresenta um modelo de análise da subjetividade na linguagem a partir da idéia de "aparelho formal da enunciação", entretanto, não acreditamos que essa perspectiva corresponda aos objetivos iniciais deste trabalho, já que o autor não considera, em seu estudo, a constituição histórico-social do sujeito. Em Bakhtin é possível refletir sobre tal questão, mas, em contrapartida, não encontramos um modelo adequado aos padrões comuns ao estudo linguístico, até porque Bakhtin assume o ponto de vista de filósofo e sendo assim não tem nenhum comprometimento com formalizações que dizem respeito à investigação do linguista. Enfim, não reunimos um aparato teórico-metodológico que dê conta, sistematicamente, de uma análise do sujeito do ponto de vista linguístico sem que com isso tenhamos de abdicar do caráter histórico que lhe é característico (do sujeito). E é por isso que passamos agora a investigar o pensamento de Michel Pêcheux, no qual encontramos, exatamente, a antítese do que antes expusemos (ao menos no que se refere a Benveniste). Isto é, Pêcheux elabora uma teoria não-subjetiva do discurso, e é nessa contestação que acreditamos (re)encontrar os fundamentos da enunciação enquanto um processo histórico-social.

Em "Análise Automática do Discurso" (AAD) Pêcheux elabora uma severa crítica a Saussure em função do modo como estabelece o objeto de análise da ciência linguística.

Para Pêcheux, a lingüística, até a publicação do **Curso de Lingüística Geral**, estava centrada no estudo da língua como função de exprimir sentido, isto é, as questões relacionadas à Semântica e à Sintaxe eram exploradas com a intenção de explicar a interpretação de sentidos dos textos. Não obstante, com o fato de Saussure ter isolado a língua como sistema de relações, e tê-la apresentado como objeto da ciência, deu-se um deslocamento teórico, ou seja, esse objeto não é mais descrito como função e sim como funcionamento. Mesmo assim, as questões referentes ao conteúdo continuam a se colocar, motivo pelo qual Pêcheux enumera alguns métodos que tentaram suprir esta lacuna deixada pela lingüística.

Com a afirmação da ciência lingüística sobre esse deslocamento, o objeto toma um caráter de homogeneidade:

"assim, a língua é pensada por Saussure como um objeto científico homogêneo (pertencente à região do 'semiológico'), cuja especificidade se estabelece sobre duas exclusões teóricas:

- a exclusão da fala como inacessível à ciência lingüística;

- a exclusão das instituições não-semiológicas para fora da zona de pertinência da ciência lingüística" (Pêcheux, 1990, p. 71).

Segundo Pêcheux, ao eleger a língua como objeto passível de análise, em função de sua homogeneidade, e ao excluir a fala por ser individual e heterogênea, Saussure admite a existência de um sujeito livre. A oposição língua/fala

"autoriza a reaparição triunfal do sujeito falante como subjetividade em ato, unidade ativa de intenções que se realiza pelos meios colocados a sua disposição; em outros termos, tudo se passa como se a lingüística científica (tendo por objeto a língua) liberasse um resíduo, que é o conceito filosófico de sujeito, pensado como o avesso indispensável, o correlato necessário do sistema. A fala, enquanto uso da língua, aparece como um caminho da liberdade humana; avançar no caminho estranho que conduz dos fonemas ao discurso é passar 'gradatin' da necessidade do sistema à contingência da liberdade" (Pêcheux, 1990, p. 71).

Ora, o que Pêcheux afirma, em outras palavras, é a inadequação da dicotomia língua/fala. Não podemos estudar a linguagem em funcionamento tendo como referência um conceito de sistema de relações imutáveis e arbitrarias. Por outro lado, não existe a noção de "sujeito livre" ligada ao conceito de fala. Uma análise que tente dar conta do sentido da língua não pode referir somente a uma norma, mas sim "ao mecanismo discursivo específico que a tornou possível e necessário em um contexto científico dado" (Pêcheux, 1990, p. 73)

Pêcheux se recusa a aceitar a dicotomia implícita em Saussure entre o universal e o extra individual, propondo um nível intermediário, ou seja, "a particularidade",

"que define 'contratos' lingüísticos específicos de tal ou tal região do sistema, isto é, feixes de normas mais ou menos localmente definidos, e desigualmente aptos a dissimular-se uns sobre os outros" (Pêcheux, 1990, p. 74)

Assim, o autor apresenta uma nova visão sobre o fenômeno da linguagem; não se trata mais de estudar o sistema ou a individualidade - lugar de "livre atuação" do sujeito - é antes, o estudo da particularidade, isto é, do discurso. Para ilustrar este nível intermediário, Pêcheux exemplifica com o pronunciamento do discurso de um deputado na câmara. Esse discurso é produzido a partir de condições de produção específicas, ou seja, representa um determinado grupo político e o deputado conforme o lugar que ocupe (socialmente) dará um estatuto diferente ao que enuncia. Um conceito, nessa parte da AAD, é o de "relações de sentido", isto é, um discurso sempre tem relação com outros discursos e o locutor ao evocá-lo tira proveito disso.

Para se estudar o discurso, Pêcheux sugere que se faça referência às condições de produção que o tornaram

possível. Isso implica, necessariamente, que o funcionamento discursivo seja entendido, ao menos em parte, como extra-lingüístico. A noção de condições de produção para nós é fundamental à medida em que ela caracteriza o locutor e serve de justificativa para que se recuse uma teoria subjetiva do discurso.

Pêcheux define as condições de produção a partir da proposta de Jakobson. Os elementos do esquema informacional são redimensionados, agora a serviço de uma teoria do discurso: o que era mensagem passa a ser discurso; o que era transmissão de informação agora é efeito de sentido entre dois interlocutores; o emissor/receptor que para Jakobson eram seres individuais perdem essa característica e adquirem o estatuto de "lugares determinados na estrutura de uma formação social". Nesse momento, o autor elabora um esquema de representação desses lugares como produto de um jogo de imagens.

Transcrevemos, na íntegra, o quadro de representação das formações imaginárias por entendermos que ele aponta para uma perspectiva muito diferente do que expomos no item anterior e porque contempla, de certa forma, o que temos chamado de constituição social do sujeito.

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja 'resposta' subentende a formação imaginária com respondente.
A / (A) IA	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A.	Quem sou eu para lhe falar assim?
A \ (B) IA	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	Quem é ele para que eu lhe fale assim?
B / (B) IB	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B.	Quem sou eu para que ele me fale assim?
B \ (A) IB	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	Quem é ele para que me fale assim?
A IA (R)	'Ponto de vista' de A sobre R	'De que lhe falo assim?'
B IB (R)	'Ponto de vista' de B sobre R	'De que ele me fala assim?'

(Pêcheux, 1990, p. 83-84)

Antes de fazermos algumas elaborações sobre a noção de "sujeito" na teoria da Análise do Discurso, achamos que o pensamento de Pêcheux deve ser rastreado para que se façam presente as principais teses defendidas pelo autor na formulação de sua teoria. Em função disso, passemos à análise de outro texto no qual Pêcheux reafirma a "ilusão subjetiva". Em "A Propósito da Análise Automática do

Discurso: perspectiva e atualização" (Pêcheux e Fuchs, 1975) é apresentado o quadro epistemológico da Análise do Discurso em três regiões do conhecimento:

1. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;

2. A lingüística como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;

3. A teoria do discurso, como teoria das determinações sociais dos processos semânticos" (Pêcheux e Fuchs, 1990, p. 163).

Somado a isso, os autores afirmam que essas três regiões são "atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)".

O que se coloca é que o funcionamento da instância ideológica deve ser determinado pela econômica, visto que reproduz as relações pertencentes à instância econômica.

Lemos Pêcheux e Fuchs (1975) pelo viés da reprodução das relações de produção porque é nisso que consiste a "ilusão subjetiva" apresentada na AAD (1965) como produto das relações imaginárias entre os interlocutores A e B. Em outras palavras, cada indivíduo

acredita desempenhar uma função original no interior das classes sociais nas quais se enquadram. O termo utilizado por Pêcheux para designar esse processo é "interpelação" ou "asujeitamento", ou ainda, nos termos de Althusser, se a categoria de sujeito é constitutiva de toda a ideologia e esta tem por função constituir os indivíduos concretos em sujeitos, a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, assujeitando-os.

O sujeito deve ser entendido como constituído ideologicamente a partir de formações discursivas (FD) relacionadas à formações ideológicas (FI). Devemos, pois, precisar melhor os conceitos que estamos operando a fim de assegurar nossa interpretação da teoria de Pêcheux.

Conforme o autor usamos formação ideológica

"para caracterizar um elemento suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um dado momento" (Pêcheux e Fuchs, 1990, p. 166).

As formações discursivas são as condições de efetivação do discurso, ou seja, regem aquilo que se diz a partir de um determinado lugar social definindo "... o que pode e deve ser dito".

Para exemplificar o que entende por esses conceitos Pêcheux apresenta o seguinte caso: no modo de produção feudal a formação ideológica religiosa se apresenta como a forma da ideologia dominante, interpelando os indivíduos em sujeitos via aparelho do estado religioso. Através das relações de classes, que são internas às formações ideológicas, produzem-se as formações discursivas que se configuram, no exemplo dado pelo autor, em formas específicas: "a pregação camponesa (re)produzida pelo baixo clero" de uma lado; e de outro "o sermão do alto-clero para os grandes da nobreza". Em outros termos, a interpelação ideológica do sujeito na reprodução das relações de produção é uma das formas de funcionamento da instância ideológica. Portanto, podemos definir a formação ideológica como sendo constituída de uma ou várias formações discursivas, que, por sua vez, determinam o que é dito.

Para indicar o sujeito afetado pela ideologia, Pêcheux retoma um termo de Althusser: a "forma-sujeito". Isto posto, passemos a expôr mais detalhadamente essa noção a fim de finalizar a investigação da questão na perspectiva da Teoria do Discurso de Michel Pêcheux.

O conceito de "forma-sujeito" é aprofundado em *Semântica e Discurso*: uma crítica a afirmação do óbvio

(1988). Nesse livro, Pêcheux tenta elaborar as bases de uma teoria materialista do discurso colocando a semântica como centro organizador da lingüística. Em virtude da complexidade das questões abordadas, optamos por discutir, especificamente, o conceito supra citado sem, contudo, deixarmos assim de correr o risco de simplificarmos o pensamento do autor.

Segundo Pêcheux, a materialidade do sentido reside na dependência que ele tem das formações ideológicas. Essa dependência é explicável por duas teses: a primeira, consiste em afirmar que o sentido das unidades lingüísticas (palavras, expressões, proposições) dependem das posições ideológicas pertinente ao processo de sua produção, isto é, "as palavras, expressões, etc..., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas" (Pêcheux, 1988, p. 160). Dessa forma, os indivíduos são "interpelados" em sujeitos via formações discursivas. A segunda é a de que a formação discursiva encobre a dependência aludida anteriormente, através da ilusão de que o sujeito está na origem daquilo que é enunciado. Esse encobrimento se dá em função da transparência de sentido na formação discursiva.

Do que foi exposto, gostaríamos de reter da teoria de Pêcheux o fato de ser a "forma-sujeito" constituída pela

identificação do sujeito do discurso com a formação discursiva que lhe é dominante.

Finalmente, gostaríamos de voltar ao texto de Pêcheux e Fuchs (1975) para vermos como se dá a criação da realidade discursiva para o sujeito. Isso acontece em função de dois esquecimentos: o primeiro se refere ao fato do sujeito achar que é o criador do discurso, isto é, inconscientemente, o sujeito rejeita qualquer elemento lingüístico que não faça parte da formação discursiva com a qual se identifica. O segundo, é a opção que o falante faz em dizer (ou não) determinada sequência, ou seja, dentro de uma formação discursiva o falante escolhe algumas formas lingüísticas para expor o "dito", "esquecendo" outras. Esse processo faz com que o sujeito tenha a ilusão de ser a fonte do conhecimento que tem da realidade.

Fizemos uma incursão pela teoria da Análise do Discurso com propósitos bem definidos, enfim, acreditamos ter encontrado os fundamentos de uma teoria não-subjetiva da linguagem bem como os motivos que levaram Pêcheux a isso. Entretanto, parece-nos prudente que se recorra a uma análise mais apurada dessa perspectiva, para que as reflexões decorrentes sinalizem uma possibilidade de abordagem da subjetividade relacionada ao aspecto histórico-social de acordo com nossos objetivos.

2.3 Problemas e Perspectivas

Neste momento, depois de abordado o problema à luz das contribuições das Teorias da Enunciação, e da Teoria do Discurso, achamos fundamental contrapor essas perspectivas. Para tanto, tomaremos as críticas que outros autores fazem que, seguramente, indicarão os caminhos do presente trabalho.

Na primeira parte (item 2.1) fizemos uma resenha do que julgamos mais evidente na Teoria de Benveniste, porém, os nossos objetivos exigem que se faça uma crítica a essa proposta com o intuito de relativizá-la quanto à postura extremada que assume ao afirmar que o sujeito está no centro da produção da linguagem e é constituído apenas no contraste lingüístico com o outro.

Dirigindo-se também a essa questão, Possenti (1988) propõe algumas reflexões que julgamos relevantes neste momento. Para Possenti, a oposição entre Lingüística das Formas e Lingüística da Enunciação não propicia significativa mudança no objeto da ciência, visto que existem domínios (o sintático e o fonológico, por exemplo) que são admitidos tacitamente no domínio das Lingüísticas das Formas. No entanto,

"o que se põe em questão é que uma semântica das formas seja capaz de dar conta dos fatos empíricos especificamente daqueles a que Benveniste caracteriza como traços de linguagem e não da língua" (Possenti, 1988, p. 48).

em outras palavras, não se trata de eleger formas exclusivas da relação falante/língua que denotam "a presença do homem na língua", mas de admitir que essas são os exemplos de constatação mais óbvia da subjetividade.

Essa crítica dirige-se, principalmente, à noção de "apropriação" da língua. Benveniste afirma textualmente que a enunciação se dá por um ato individual de utilização da língua. Possenti vai de encontro a esta postura em função dela excluir a ação do homem sobre a língua, privilegiando a ação através da língua. O autor sugere, então, como substituto da noção de "apropriação" o conceito de "constituição", isto é, a atividade com a língua e sobre a língua. Assim, não se trata mais de estudar o sistema e sim o discurso como sendo a língua em funcionamento (relação que inclui o contexto, o locutor e o interlocutor).

O autor vê na distinção Lingüística das Formas/Lingüística da Enunciação surgirem duas outras oposições: enunciado/enunciação; língua/discurso. A

proposta é, pois, eliminar a dicotomia língua/discurso. A produção de um discurso não é uma questão de mais ou menos, ou seja, a subjetividade não se dá no ato de apropriação do aparelho formal da enunciação. Contrariamente a isso "... tudo o que sai da boca do homem tem sua marca", esta, por sua vez, segundo corresponda (ou não) a determinadas intenções, pode (ou não) estar a mostra. Abandonar aquela dicotomia é atestar que a língua é o produto de um "trabalho" tanto do falante como do ouvinte, isto é, os sujeitos provocam efeitos através de uma "seleção de recursos expressivos" que podem ou não se efetivar no interlocutor, visto que esse também "trabalha" sobre a língua. Assim,

"a atividade do sujeito não se dá apenas em relação ao aparelho formal da enunciação mas em relação aos e sobre os próprios mecanismos sintáticos e semânticos. É nesta atividade que o sujeito se constitui enquanto tal, e exatamente por esta atividade" (Possenti, 1988, p. 49).

Em Orlandi (1987) encontramos os elementos de uma crítica a Benveniste a partir dos níveis de significação da linguagem (semiótico e semântico) defendidos pelo autor. Segundo Orlandi, a dicotomia semiótico/semântico enfatiza o caráter da enunciação enquanto um processo individual de apropriação sendo em função disso que a subjetividade aparece. Ora, se na apropriação das formas que a linguagem

oferece o locutor refere a si mesmo (eu) e o outro, da mesma forma, pode (co)referir (tu) é porque somente o "eu" pertence ao nível semântico enquanto que o "tu" sempre pertencerá ao semiótico. Em outros termos, o "tu" só se apresenta no nível semântico quando refere se apropriando do "eu". Entendemos que esta crítica é feita, principalmente, à transcendência do "eu" em relação ao "tu", transcendência esta que subverte a relação de interlocução sugerida em "Da Subjetividade na Linguagem".

Por outro lado, Benveniste afirma textualmente,

"é numa realidade dialética que englobe esses dois termos (indivíduo e sociedade) e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade" (Benveniste, 1988, p. 287).

entretanto, parece-nos que o autor privilegia o sujeito em detrimento da sociedade, ou seja, embora ele afirme que a subjetividade deve ser entendida em uma relação indivíduo/sociedade, Benveniste enfatiza o individual em prejuízo do social, ignorando a relação que o sujeito tem com o ideológico. Incluímos a leitura que Possenti (1988) e Orlandi (1987) fazem de Benveniste, em função dos argumentos que os autores apresentam a favor de um procedimento de análise diferenciado do que ele propõe. Assim de nossa parte, continuamos com a indagação inicial, isto é, como se constitui linguisticamente o sujeito e como podemos abordá-

lo sem que se abdique dos aspectos sociais referentes a ele? Como propor esta análise sem ferir o rigor próprio ao estudo lingüístico?

Parece-nos que para Benveniste a distinção entre a língua e o sujeito pode ser representada em duas dimensões: de um lado a língua propriamente dita, de outro o sujeito se apropriando dela. Ora, nesta perspectiva há uma língua dada "a priori" da qual o sujeito se apropria e uma subjetividade constituída originalmente a partir de "eu". Não pensamos que em algum momento a linguagem exista sem sujeito e nem que esse se constitui somente na atualização das formas num movimento onipotente sobre a língua. Também não nos filiamos à idéia de ser a enunciação um ato individual e irrepetível do sujeito. Estas questões parecem se fundar em uma concepção de língua diferente do que sugere Benveniste, acreditamos, portanto, necessário incluir na língua a noção de história e sendo assim, nossa investigação deve dar conta do funcionamento da língua enquanto fenômeno histórico.

Por outro lado, somos tentados a dizer que Bakhtin contempla as questões acima, já que se encontra em toda a sua teoria o pressuposto da subjetividade constituída na relação dialógica.

Bakhtin parte do princípio de que a consciência é formada linguisticamente e de que a língua é o lugar de enfrentamento/debate sócio-ideológico, motivo pelo qual a consciência existe em função da sua natureza social numa materialidade semiótica.

Ora, concordamos com este posicionamento a cerca da "subjetividade social", entretanto, não nos parece que o sujeito seja uno e que sua identificação no texto remeta somente a uma consciência. Muito pelo contrário, achamos que o texto é o lugar da materialidade e do debate entre várias perspectivas enunciativas que, necessariamente, não devem remeter a uma consciência. O conceito de polifonia parece indicar um caminho. Há de se verificar se na superposição de vozes não se estabelecem conflitos que remetem a diferentes "lugares".

O sujeito além de ter sua representação de forma dispersa, também deve fazê-la em um nível implícito (isso também deve ser verificado).

Em função dessas intenções é que recorreremos à Teoria do Discurso de Michel Pêcheux cuja proposta, embora negue o sujeito, desenvolve uma teoria que sistematiza as questões ideológicas/sociais no discurso, através dos conceitos de formação discursiva e formação ideológica.

De acordo com a Análise do Discurso, o sentido se realiza nas formações discursivas, isto é, a partir da determinação da formação ideológica as palavras recebem sentido pelo fato de aparecerem (ou não) em um discurso. Por outro lado, os indivíduos acreditam que estão na origem do que é produzido em função da transferência de sentido da formação discursiva. Em outras palavras,

"a formação discursiva é enfim, o lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito. É nela que todo o sujeito se reconhece (em sua relação consigo e com os outros sujeitos) e aí está a condição da famosa consciência intersubjetiva (a evidência de que eu e tu somos sujeitos) em que, ao se identificar, o sujeito adquire identidade" (Pêcheux, apud Orlandi, 1988, p. 58).

Ora, se temos o objetivo de descrever a subjetividade de um ponto de vista lingüístico em diferentes níveis sem que com isso se deva abdicar da sua constituição histórico-social, parece, então, que os estudos feitos até agora não contemplam este nosso intento. É, pois, bastante adequada a inquietação expressa por Eleni Martins (1990) que na tentativa de formular um conceito de diálogo também considera diferentes noções sobre o sujeito, antes, porém, interroga:

"Como escapar a dois extremos da noção de subjetividade: o de que basta o locutor colocar-se lingüisticamente frente ao outro para tornar-se sujeito, e o de que a subjetividade lingüística é pura ilusão ideológica" (Martins, 1990, p. 59).

Acreditamos que a questão expressa nosso problema a partir do implícito da necessidade de se relativizar as posições sobre a subjetividade. Passemos a investigar o trabalho da autora que sugere o desdobramento das figuras enunciativas em diferentes níveis, já que adotamos uma postura negativa à "onipotência" subjetivista da Teoria benvenistiana bem como em relação à ilusão ideológica proposta pela Análise do Discurso.

O objetivo da autora é estudar o diálogo quanto a sua natureza e possibilidades de ocorrência. Obviamente, nossa pesquisa difere deste objetivo, entretanto, identifica-se com o tratamento teórico dado à questão da subjetividade. É, enfim, inquestionável que uma teoria sobre o diálogo coloque o sujeito como elemento integrado a sua estrutura (do diálogo) e é essa discussão que queremos tomar de empréstimo.

Para Martins (1990), sempre que alguém se manifesta linguisticamente, o faz do lugar de um "eu" que pressupõe um "tu". Esta concepção é decorrente das teorias dialógicas da enunciação, principalmente da de Benveniste da qual parte para desenvolver o seu projeto.

Na verdade a sugestão de um modelo de análise do diálogo é produto de uma crítica ao conceito de discurso de Benveniste. Segundo ele, o discurso é caracterizado pelas

marcas de subjetividade contidas no enunciado. Torna-se, portanto, difícil colocar um terceiro elemento linguístico em oposição ao "eu" e ao "tu", já que essa relação subjetiva se basta a si mesmo. Em função da presença (ou não) das marcas de subjetividade teremos enunciados com diferentes características referenciais, o que resultou na dicotomia discurso/história.

Partindo dessa leitura crítica de Benveniste, Martins (1990) propõe que se investigue a enunciação relativizando-se o sujeito. Para tanto, a autora concebe a relação enunciativa não como uma oposição, mas como duas: eu-tu e eu-tu/ele, inserindo, assim, o enunciado na enunciação e não só o contrário como queria Benveniste. Dessa forma, o "ele" também pertence à estrutura da enunciação que passa a ser uma estrutura triangular e não binária como se configurava antes. O "ele" passa a ser constitutivo da relação interpessoal a medida que se entende o universo da "não-pessoa" como sendo o contexto semântico da enunciação, ou seja,

"procurando uma forma mais concreta para explicar essa idéia, podemos dizer que o 'eu' produz um enunciado pelo ato mesmo da enunciação em que se constitui como locutor e, nesse ato institui o 'tu', seu interlocutor, ao qual se opõe pelo traço de subjetividade. A relação eu/tu, entretanto, não é indiferente ao conteúdo linguístico da enunciação. Essa relação é definida pelo conteúdo semântico do enunciado" (Martins, 1990, p. 76).

Como o que queremos é apresentar esse trabalho como uma sugestão de desdobramento das figuras enunciativas em diferentes níveis, vamos a isso, de imediato.

Esse desdobramento se dá a partir da estrutura triádica antes exposta. Acrescentando-se a ela outros dois níveis pragmáticos: o do discurso e o da ação lingüística. "A estrutura e dinâmica da enunciação" passa a ter então três relações triádicas. Consequentemente o "eu-tu" são desdobrados em três papéis distintos: lugar social (nível discursivo), sujeito (nível do diálogo) e enunciador (nível da ação lingüística) cada um instaurando um contexto (ele) - discursivo, dialógico e perlocucional.

Voltaremos a tratar mais efetivamente do que a autora entende por esses conceitos, por enquanto gostaríamos de apresentar o desdobramento das figuras enunciativas como uma perspectiva que relativiza as posturas já estudadas (Benveniste, Bakhtin e Pêcheux) e tomá-la como sugestão de encaminhamento do nosso projeto.

Se, como dissemos, não queremos apresentar o sujeito como fonte e origem da linguagem, nem apenas legar-lhe o estigma da ilusão ideológica é porque devemos propor outra forma de abordá-lo sem com isso desmerecer as contribuições reunidas.

Aludimos acima que a noção de polifonia poderia nos ser útil e é exatamente a ela que recorreremos para também contestar a unicidade do sujeito.

Concluindo, até agora com os estudos realizados foi possível levantar diferentes abordagens da subjetividade (e até mesmo negá-la), no entanto, a todas elas formulamos questões que dificultam a apresentação do problema da maneira que corresponde as nossas expectativas. Disso decorrem duas intuições que discutiremos mais detalhadamente a seguir.

1) Verificar a possibilidade de apresentar uma análise do sujeito que contemple o nível lingüístico e o histórico-social recorrendo ao conceito de polifonia;

2) Considerar que o sujeito se marca no texto de forma implícita e explícita.

NOTAS

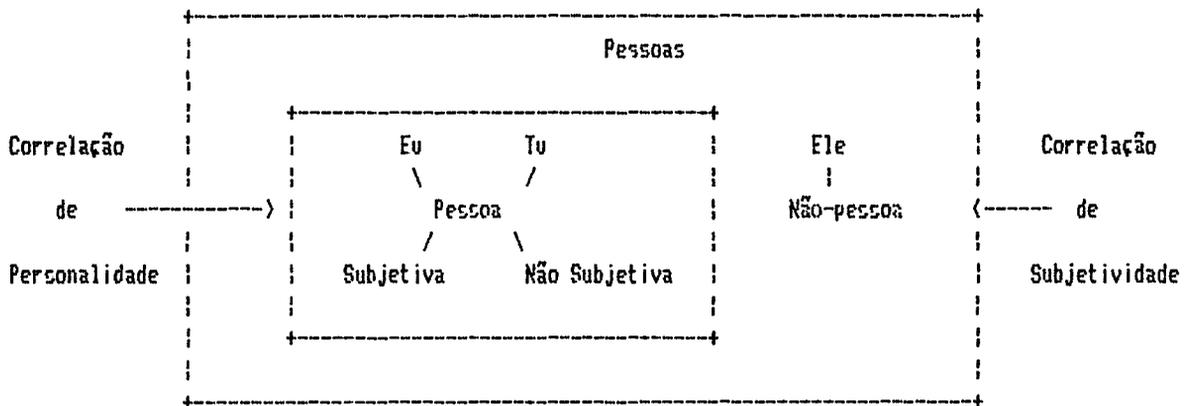
(1) Como dissemos, este trabalho parte do que, reconhecidamente, se convencionou chamar o início da lingüística como ciência. Entretanto, gostaríamos de fazer referência a Michel Bréal que já em 1897 com a publicação de **Ensaio de Semântica** (1992) discute a questão da subjetividade inscrita na língua. Nesse livro, Bréal dedica um capítulo ao problema cujo título "O Elemento Subjetivo" contém as intuições sistematizadas por Benveniste.

"o homem ao falar está tão longe de considerar o mundo como observador desinteressado que se pode julgar, ao contrário, que a parte que ele se dá a si mesmo na linguagem é desproporcionada. Sobre as três pessoas do verbo, há uma que ele se reserva de modo absoluto (a que se convencionou chamar a 'primeira'). Desse modo ele opõe sua individualidade ao resto do universo. Quanto à segunda pessoa ela não nos distancia ainda muito de nós mesmos, já que a segunda pessoa não tem outra razão de ser que a de achar-se interpelada pela primeira. Pode-se, pois, dizer que só a terceira pessoa representa a porção objetiva da linguagem" (Bréal, 1992, p. 161).

(2) A divisão do sistema pronominal proposta por Benveniste em termos de pessoalidade e subjetivismo é alvo de críticas. Para Cervoni (1989) o "eu" tem um papel ativo (é quem fala) e um papel passivo (de quem se falou); o "tu" é o ouvinte e interlocutor (papel ativo) e a pessoa de quem se falou (papel passivo). O "ele" é apenas de quem se falou, portanto, só exerce um papel passivo. Entretanto, Cervoni

alerta para a possibilidade de se ampliar o quadro da enunciação, incluindo nele o "objeto de fala" representado por "ele" como um elemento ativo do processo de interlocução.

(3) Transcrevemos o esquema que Helena Brandão (1991) sugere para representar estas relações, com o qual nos identificamos:



(4) Para Bakhtin, os "monólogos" tem sempre em vista um interlocutor que pode (ou não) reagir. A consciência de si sempre está em relação com a do outro, ou seja, o "discurso monológico" é uma ilusão, ele se constrói com referência ao discurso do interlocutor. Na autoconsciência e na auto-enunciação está a consciência e a palavra do interlocutor em relação ao locutor. É como se duas vozes fundissem-se em uma só. O sentido do termo "monólogo" deve ser entendido como uma colocação da ideologia na voz da personagem pelo autor e não como uma característica da personagem constituída como sujeito.

3 APRESENTAÇÃO DE UMA HIPÓTESE.

No capítulo anterior, fizemos uma discussão teórica a cerca das propostas de análise da subjetividade na linguagem, avaliando os domínios e limites de algumas teorias pragmáticas. Através da revisão bibliográfica não tínhamos o objetivo apenas de realizar um levantamento de possíveis lacunas, mas verificar em que medida as teorias davam conta do problema da forma como o formulamos.

Ora, tínhamos consciência de que a perspectiva benvenistiana não contempla o que temos chamado de constituição histórico-social do sujeito, bem como sabíamos da negação formulada por Pêcheux. No entanto, a leitura crítica desses autores se fazia indispensável para desenvolver a nossa proposta de análise. Dessa forma, a própria concepção de "lacuna" referida acima deve ser vista como tal em relação aos nossos objetivos, pois nos detivemos na investigação de uma questão em particular dentro de cada

uma das teorias e, sem dúvida, elas não se esgotam na análise que fazem do "elemento subjetivo", muito pelo contrário, esse é, antes, um conceito que tem sua concepção plenamente justificada nos moldes em que foram concebidos.

Foi, então, em função desses objetivos que não adotamos a perspectiva de Benveniste, nem a de Bakhtin, muito menos a de Pêcheux, visto que acreditamos na possibilidade de estudar a subjetividade de um ponto de vista lingüístico considerando as questões ideológicas em uma perspectiva diferenciada. O que propomos, na verdade, é uma articulação entre as teorias com o intuito de relativizá-las em prol de um estudo da subjetividade em diferentes níveis.

Encarando retrospectivamente este trabalho, de acordo com nossos objetivos, negamos o sujeito como fonte/origem da linguagem, entretanto, achamos que existem marcas pelas quais ele se representa. Não pensamos estas marcas como indicadores de unicidade do sujeito, mas como uma dispersão polifônica, isto é, vozes que se cruzam no texto podendo mesmo se confrontarem. Juntando a isso, achamos que o estudo das marcas pode ser revelador se feito em um nível implícito e explícito concomitantemente.

Por outro lado, levantamos a possibilidade de serem essas posições correspondentes a diferentes formações

discursivas. Dessa forma, representamos as relações que queremos estabelecer com o esquema a seguir, com o qual pretendemos ilustrar o tipo de estudo adequado aos nossos objetivos.

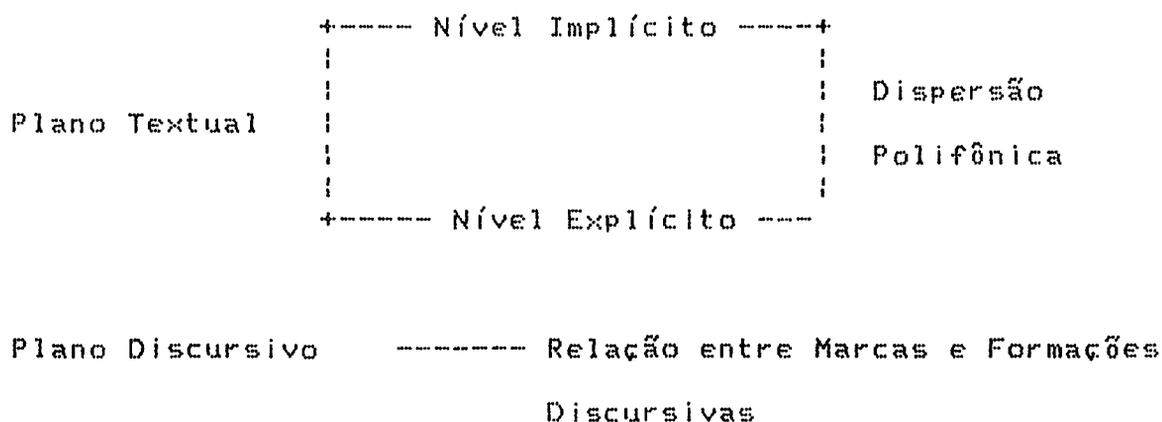


FIGURA 1 - Planos de dispersão do sujeito

Pelas observações que fizemos nas teorias já expostas e em decorrência delas, apresentamos este esquema como uma hipótese operacional de análise da subjetividade. Assim, sugerimos que o sujeito deva ser estudado enquanto efeito de sentido ocasionado, primeiramente, pela sua dispersão em um plano: o textual. E em níveis diferentes: explícito (posto) e implícito (pressuposto).

Estamos entendendo, a princípio, a dispersão como uma multiplicidade de vozes. Neste momento, trabalhamos com o aparato teórico-metodológico fornecido pela Teoria Polifônica da Enunciação de Oswald Ducrot, nos níveis posto e pressuposto. A perspectiva polifônica procura negar a

unicidade do sujeito-falante estabelecendo um modelo de análise que possibilita o reconhecimento da dispersão do sujeito no texto. O objeto de nossa investigação, neste plano, é então, descrever os efeitos de sentido provocados pela dispersão das marcas explícitas do sujeito, bem como daquelas que se encontram implícitas.

Porém, o modelo de Ducrot não contempla as questões ideológicas, por isso recorreremos à teoria da Análise do Discurso que defende a interpelação do sujeito, discutindo a sua vinculação à formação discursiva dominante. Isso em um outro plano: o discursivo.

Resta ainda salientar que os elementos que integram nossa hipótese serão discutidos e conceituados no decorrer deste trabalho. A medida que isso for se efetivando, esperamos que adquiram sistematicidade e coesão com nossa idéia inicial.

3.1 Primeiro plano: o textual

Chamamos o primeiro plano de análise do sujeito de **plano textual**. Dissemos que nele o sujeito se apresenta disperso polifonicamente. Como a própria denominação deste plano sugere, devemos partir, para a sua definição, de um conceito de texto a fim de realizarmos nossa investigação com base em alguns procedimentos operacionais.

Conforme o que dissemos anteriormente, não pensamos em desenvolver um trabalho simplesmente como uma articulação entre as teorias do sujeito e a teoria do discurso, mas como uma análise do texto sintonizada com a teoria e análise do discurso. Isso significa que o conceito de texto deve, necessariamente, ter ressonância no tratamento que a Análise do Discurso dá à questão.

Dessa forma, trata-se de investigar o sujeito apoiado em um conceito de texto que contemple também a Análise do Discurso. Sendo a representação do sujeito da enunciação constitutiva do sentido, achamos prudente definir a enunciação antes de trabalhar com o conceito de texto, justificando, assim, nossa opção teórica por uma semântica da enunciação.

3.1.1 A enunciação

No capítulo anterior (cap. 2), estudamos, detalhadamente, a teoria de Émile Benveniste que ao afirmar a necessidade de se considerar o ato de produção da linguagem, coloca o sujeito como centro desse ato. Segundo o autor, a enunciação é um ato do sujeito ao se apropriar da língua.

O conceito benvenistiano de enunciação tem em sua base um locutor ativo na produção dos enunciados. Esse

locutor pode ser entendido, então, como um sujeito uno, "onipotente" em relação ao sistema e responsável por este ato. De nossa parte, queremos, neste momento, apresentar o sujeito como uma dispersão que se representa de diferentes maneiras no enunciado. Portanto, devemos buscar uma formulação teórica que não nos comprometa com esta unicidade, ou seja, o conceito de enunciação não deve estar vinculado ao de sujeito. E, ainda mais, que esteja articulado com a Análise do Discurso, devendo, portanto, contemplar a noção de história (social).

Em Ducrot (1984) encontramos a seguinte formulação teórica:

"o acontecimento lingüístico é a enunciação compreendida (...) como o aparecimento do enunciado ou do discurso, como a sua erupção num lugar determinado da história" (Ducrot, 1984, p. 379).

Esta definição corresponde, ao menos em parte, a nossa postura, pois não há nela implicada a noção de ato, já que isso levaria, a exemplo da proposta de Benveniste, a uma filiação às teorias que vêm na base de um enunciado um único autor.

Ducrot ainda reafirma, a enunciação é "... o acontecimento particular que se alude no sentido do enunciado e que aí se encontra qualificado" (Ducrot, 1984, p. 386). Assim, podemos afirmar que o sujeito tem uma

representação diversa nos enunciados. Deste modo, embora o conceito de enunciação não se relacione com o de sujeito autor da fala, procuramos descrever a sua diversidade de representação (do sujeito) no sentido dos enunciados com base nessa concepção.

Sugerimos acima que a definição de enunciação desenvolvida por Ducrot correspondia parcialmente a nossa perspectiva de trabalho. Isso se deu em função da noção de história presente no conceito. Conforme Guimarães (1989) a historicidade na perspectiva de Ducrot tem um carácter temporal, colocando a enunciação como uma manifestação do novo, do irrepetível. Para nós, o histórico não corresponde à temporalidade, mas à caracterização social da enunciação. Ficamos, portanto, com a definição de Guimarães (1989) para quem a enunciação é o "acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado" (Guimarães, 1989, p. 78).

A enunciação tratada como um fato histórico-social está presente em todo o pensamento de Bakhtin. Como vimos, o autor afirma, reiteradamente, a natureza social da enunciação: para ele,

"a enunciação enquanto tal é um puro produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade linguística" (Bakhtin, 1988, p. 121).

Parece-nos que a proposta de Guimarães é articular a concepção de Ducrot, que relega a noção de ato, com a perspectiva histórico-social defendida por Bakhtin e é por isso, enfim, que assumimos esta definição porque achamos que a dispersão polifônica, no nível textual, pode ser estudada tendo em vista a coexistência dessas vozes dialogicamente. Em outras palavras, assumimos o ponto de vista de Ducrot, pois ele favorece que se descreva o sujeito como uma diversidade representada no sentido do enunciado, porém, essa diversidade tem uma existência sócio-histórica enquanto fenômeno ideológico, e para isso apoiamo-nos em Guimarães.

3.1.2 Unidades de análise

Voltemos, pois, ao conceito de texto. Conforme Orlandi (1987) a dicotomia texto/discurso é produto da impossibilidade de delimitação analítica do discurso. Se o entendemos (o discurso) como um processo que está inserido em formações discursivas que, por sua vez, se definem na relação que mantêm com uma formação ideológica, então percebemos a necessidade de se estabelecer uma unidade delimitável para a análise. O texto, se entendido como objeto empírico (no plano analítico), tem começo, meio e fim; se como objeto teórico (processo discursivo) não é um objeto acabado (produto).

De nossa parte, também consideraremos o texto como a unidade analítica (empírica), em relação com o processo discursivo.

Assim, assumimos o conceito formulado por Orlandi (1988) para quem,

"... o discurso é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito. Assim sendo a constituição do texto pelo sujeito é heterogênea, isto é, ele ocupa (marca) várias posições no texto" (Orlandi, 1988, p. 53).

Se é lícito afirmar que o texto pode ser entendido como a unidade empírica de análise*, por outro lado, na relação que mantém com o discurso ele não se apresenta como unidade de constituição. Essa unidade é o enunciado que "deve ser referido ao texto para poder ser apreendido no processo de construção do discurso" (Orlandi, 1988, p. 59).

Na sua *Arqueologia do Saber* (1987) Foucault define o enunciado dizendo, exatamente, aquilo que ele não é:

"um enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem, não se apóia nos mesmos critérios, mas não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser tendo seus limites e sua independência" (Foucault, 1987, p. 98).

* Pensamos a unidade do texto como um efeito ideológico decorrente de uma figura enunciativa específica: a de autor. Discorreremos sobre isso no item (3.2.1)

Em outras palavras, o enunciado entendido como uma daquelas unidades (frase, proposição, ato de linguagem) nada acrescenta à discussão da constituição elementar do discurso.

Deste modo, parece possível afirmar que um enunciado é, antes, "uma função que permite dizer, a propósito de uma série de signos se eles estão aí presentes ou não" (idem). Ou seja, Foucault define o enunciado não inteiramente por sua materialidade, mas pela função que exerce na atribuição de sentidos dos signos**.

O enunciado enquanto unidade do discurso traz marcas do sujeito. Estas marcas, no que temos chamado de plano textual, aparecem dispersivamente. Deste modo, um texto pode ter enunciados de outros discursos, com suas respectivas marcas de posições do sujeito.

O enunciado, assim, está inserido em uma noção mais ampla de unidade analítica. Essa unidade chamamos de "recorte".

A concepção de recorte é elaborada por Orlandi (1984). Para ela, recortar e segmentar são diferentes:

** No item (3.2.1) voltaremos a estudar Foucault e aquilo que ele entende por "função enunciativa". No momento apenas buscamos apoio em um conceito que acreditamos coeso com nossa proposta.

"duas passagens se fazem: em termos de operação, a passagem da segmentação para o recorte; em termos de unidades, a passagem da frase para o texto" (Orlandi, 1984, p. 14).

O recorte é composto por unidades discursivas ("fragmentos correlacionados de linguagem - e - situação") (idem), diferente do que é "... simplesmente uma unidade ou da frase ou do sintagma ..." (idem). O texto é o lugar onde se organizam os recortes.

A autora enfatiza a polissemia como um aspecto relevante para o entendimento da noção de recorte. A polissemia induz à criatividade numa relação entre o homem e o mundo. Mas a polissemia está em tensão com outro processo: a paráfrase. Esta, por sua vez, é a reiteração de processos cristalizados institucionalmente. é o lugar da relação do homem com a instituição. Assim, estudar esses dois processos significa refletir sobre o uso da linguagem: de um lado o "novo"; de outro o "dado". A relação homem-mundo (co)existe, historicamente, na relação homem-instituição em um processo de interlocução.

A nossa análise dar-se-á, no plano textual, a partir de recortes produzidos e que constituem o "corpus" deste trabalho. Este estudo está inserido nas reflexões da semântica da enunciação, portanto, a noção de recortes além

de estabelecer uma ligação com a Análise do Discurso, também será a unidade de análise textual.

Neste momento, nosso objetivo é estudar a subjetividade como uma dispersão polifônica que se dá no sentido dos enunciados, visto do lugar da Teoria Polifônica da Enunciação.

3.1.3 Polifonia e dispersão

O conceito de polifonia foi desenvolvido, inicialmente, por Bakhtin (item 2.1) integrado a sua concepção de dialogia. Sendo esta concepção basilar para a teoria da polifonia optamos por recuperá-la resumidamente. As idéias desenvolvidas em **Marxismo e Filosofia da Linguagem** são aplicadas ao romance em **Problemas da Poética de Dostoiévski**, no entanto, buscaremos elementos para sintetizar a concepção de diálogo do autor no capítulo "Os gêneros do discurso" contido em **Estética da Criação Verbal** (1992) cujo texto, segundo Todorov "... é algo como uma síntese das reflexões lingüísticas de Bakhtin dos anos vinte"***.

De acordo com Bakhtin, a lingüística do século XIX (e também do XX) enfatiza o estudo da língua como função formadora do pensamento, deixando para um segundo plano a

*** Retiramos essa afirmação do prefácio que Todorov faz ao livro supra citado.

função comunicativa. Disso, decorre uma visão errônea sobre a realidade da linguagem, visto que se assume um caráter abstrato que em nada corresponde à relação homem/linguagem.

Os elementos que integram as teorias não são apresentados como pertencentes à complexidade da comunicação verbal. A língua ou se resume na expressão individual de cada um, ou relega o "outro" a um plano passivo meramente compreensivo. Para Bakhtin, o ouvinte por pertencer ao processo de interação, assume em relação ao discurso uma "atitude responsiva ativa".

Se em 1929 o autor afirmava ser o diálogo a unidade mínima da língua, em *Estética da Criação Verbal*, numa busca de precisão metodológica, postula que o enunciado é a unidade real da interação verbal:

"a fala só existe, na realidade, na forma concreta dos enunciados de um indivíduo: do sujeito de um discurso-fala. O discurso se molda sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma" (Bakhtin, 1992, p. 243).

Nestes moldes, o enunciado é determinado pela alternância dos sujeitos (entendidos como locutores). Essa alternância pode ser caracterizada diferentemente conforme as condições e situações de comunicação. No entanto Bakhtin alerta para o diálogo real que é, na verdade, o lugar mais óbvio e direto da alternância dos sujeitos.

Parece-nos que é nesta perspectiva que o autor apresenta em 1929, o conceito de polifonia. As personagens de Dostoiévski enquanto consciências não objetivadoras e nem objetivadas caracterizam-se como diferentes consciências na interação verbal. Assim, a polifonia é dialógica à medida em que a alternância se efetiva no movimento de representação das personagens, uma diante da outra.

Como para nós interessa descrever a dispersão dos sujeitos representados no sentido do enunciado, em uma postura descomprometida com os indivíduos psicofisiologicamente envolvidos, recorreremos à semântica da enunciação de Oswald Ducrot, mantendo a noção de "alternância" aludida acima, porque pensamos o sujeito como um movimento de representação dos locutores e enunciadores.

Ducrot (1982) define a disciplina na qual se inscrevem seus estudos como sendo a "Pragmática Linguística" ou "Pragmática Semântica", isto porque, segundo ele, o termo pragmática refere-se a toda a ação do homem. A disciplina assim entendida é toda a ação do homem através da língua.

(1)

Em seu "Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação" (1987), Ducrot a partir do conceito desenvolvido por Bakhtin, propõe-se a contestar a tese, segundo a qual na base de cada enunciado haveria um único autor, afastando-se

de Bakhtin por conduzir sua pesquisa em um nível lingüístico aplicando-a a enunciados e não a sequência deles (discurso).

De acordo com Ducrot, a "lingüística moderna" mantém o princípio da unicidade tendo em sua base um sujeito com competência psicofisiológica. Somado a isso, vê o sujeito como sendo a origem dos atos ilocutórios produzidos através do enunciado e, finalmente, acredita poder identificá-lo pelas marcas de primeira pessoa.

É contra essa concepção que Ducrot se volta, apresentando a sua teoria polifônica. Para tanto, o autor considera o sentido do enunciado como sendo a descrição da sua enunciação. Em outras palavras, a descrição se dá a partir de indicações que o enunciado apresenta em seu próprio sentido, isto é, são indicações sobre o (ou os) autor(es) eventual(is) da enunciação.

Poder-se-ia objetar que na base do que acabamos de expor, está a noção de sujeito enquanto origem (única). Ora, Ducrot alerta para o fato de não se tratar aqui de um produtor da fala, mas de uma representação no sentido do enunciado, ou seja, a enunciação pode ser atribuída a um (ou mais) sujeitos que são a sua origem. Entre esses sujeitos podemos distinguir pelo menos dois tipos de personagens: os locutores e os enunciadores.

O locutor é apresentado na teoria de Ducrot, como aquele ser responsável pelo enunciado. Isto é, alguém a quem devemos imputar a responsabilidade da sua produção. Diferente do autor empírico, trata-se de uma ficção discursiva, embora geralmente coincida com este no discurso oral. É a ele (locutor) que remetem as marcas de primeira pessoa contidas no texto.

Percebe-se que com essa definição é distinguido o falante do autor, e este do locutor. Ainda mais, este último é fragmentado para dar conta do fato de aparecer em uma enunciação marcas de primeira pessoa imputáveis à diferentes locutores. Para isso, Ducrot concebe o "locutor enquanto tal" (L), constituído ao nível do dizer - responsável pela enunciação - e o "locutor enquanto ser no mundo" (Y), origem do enunciado, que representa o ser empírico, identificável através de (L) e constituído ao nível do dito. Ambos são seres do sentido do enunciado, diferentes do sujeito-falante (elemento não-enunciativo).

Esperamos que esta distinção esteja clara, pois ela justifica o fato de Ducrot não ter escolhido uma definição de enunciação comprometida com o produtor/autor, nem endereçada a ninguém:

"certamente do ponto de vista empírico, a enunciação é ação de um único sujeito-falante, mas a imagem que o enunciado dá dela é a de uma troca, um diálogo, ou ainda de uma hierarquia das palavras. Não há

paradoxo neste caso senão se se confunde o locutor - que é uma ficção discursiva - com o sujeito-falante que é um elemento da experiência" (Ducrot, 1987, p. 187).

gostaríamos, ainda, de acrescentar que (Y) deve ser visto como que constituído social e historicamente e não como somente a pessoa referida pelas marcas do paradigma do "eu".

Os enunciadores (E), por sua vez, remetem a uma segunda forma de polifonia. Eles representam, de forma geral, para o locutor, o que representa o personagem para o autor em uma obra de ficção. O enunciador é uma perspectiva expressa através da enunciação, ele não "fala" e sim tem seu ponto de vista colocado sem, entretanto, ter atribuída a precisão das palavras. Ora, se o locutor apresenta uma enunciação de que se declara responsável, o enunciador existe em função da imagem que (L) oferece dessas vozes. Obviamente, a identificação de (E) só é possível através de (L) que pode ou não concordar com (E). (2)

Devemos, dessa forma, acrescentar (no plano textual) ao esquema de análise do sujeito em diferentes planos (figura 1) as figuras enunciativas do locutor (L - Y) e do enunciador (E). Não obstante, parece-nos que a dispersão, neste plano, ocorre também em um nível implícito. Portanto, falta ainda, explicar o que temos entendido por nível implícito; qual sua importância na dispersão do sujeito e como se articula com o modelo polifônico.

3.1.4 Pressuposição, polifonia e dispersão

A noção de pressuposição, historicamente, tem sido discutida e apresentada de maneira divergente, conforme os limites e os domínios das teorias em que é trabalhada. Na confirmação disso, basta citarmos os trabalhos de Frege, Russel, dos filósofos de Oxford, bem como a semântica pragmática de Ducrot.

Para nós, a pressuposição tem um caráter de suma importância, visto que corresponde a um dos níveis de análise da dispersão do sujeito no plano textual. Por isso, faremos um rastreamento, de certa forma exaustivo, na obra de Ducrot por apresentar uma proposta que "a priori" julgamos integrada a nossa pesquisa.

Sabemos que o conceito recebeu diferentes enfoques em toda a teoria de Ducrot, entretanto, investigaremos dois livros, especificamente, são eles: **Princípios de Semântica Lingüística** (1977); **O Dizer e o Dito** (1987).

Oswald Ducrot em **Dizer, Não-Dizer: Princípios de Semântica Lingüística** (1977), desenvolve um exaustivo trabalho sobre a pressuposição, principalmente no que se refere a uma proposta de estruturalismo do discurso com uma visão semântica-argumentativa da língua.

Na definição de implícito e pressuposição é feita uma crítica à postura teórica que acredita ser a comunicação a função principal da língua. Não há uma negação absoluta dessa posição, visto que ela considera o interlocutor ("destinatário") como pertencente ao ato de fala, isto é, a própria língua se realiza nesse ato, mas o autor adverte para o fato de entendermos comunicar como sinônimo de transmissão de informações.

Comunicar é transmitir informações, mas não somente isso. Questões como prometer, pedir, são entendidas como consequências do ato de fala, pois não se reduzem a informações, caso a função informativa da linguagem fosse colocada como fundamental. A intersubjetividade demonstra a "reciprocidade" entre os indivíduos de um diálogo.

A língua, dessa forma, apresenta-se como possibilidade de reconhecermos que na intersubjetividade estão implicadas regras institucionais de convívio social. Ducrot ao analisar o fenômeno da pressuposição afirma que ela

"faz aparecer no interior da língua, todo um dispositivo de convenções e de leis, que devem ser compreendidas como um quadro institucional a regular o debate dos indivíduos" (Ducrot, 1977, p. 13).

Considerar uma língua como sendo um código é entender que tudo que é dito está de certa forma codificado,

entretanto, referimo-nos várias vezes, linguisticamente, de forma a não explicitarmos totalmente o que foi dito, podendo inclusive negar ter dito. Isso ocorre seja por uma questão de "tabu lingüístico", palavras ou assuntos socialmente proibidos, ou porque à medida que explicitamos totalmente nossas afirmações corremos o risco de tê-las devidamente contestadas.

Não se trata de dizer que a língua não é um código, mas de entendermos que existem procedimentos implícitos que se relacionam com o enunciado e outros que se relacionam com a enunciação. O primeiro trata do procedimento de apresentar alguns fatos (causas e conseqüências, nos termos do autor) em lugar de outros. O segundo considera que o implícito está como condição de existênica do ato de enunciação, isto é, a efetivação do discurso dependeria de leis que por sua vez teriam "subentendidos" não explícitos.

Ducrot trabalha neste momento com a noção de "significação implícita" e "significação literal", sendo esta última sempre presente e anterior à primeira. O implícito não é então "encontrado mas sim reconstituído" (Ducrot, 1977, p. 20).

Princípios de Semântica Lingüística refere-se principalmente aqueles implícitos "não-discursivos", ou seja, à pressuposição. Através de uma distinção entre posto

e pressuposto, Ducrot coloca o sentido literal como relevante na precisão da noção de pressuposição.

Com o objetivo de defini-la como um ato de fala, Ducrot parte da definição de performativo elaborada por Austin, a qual descreve-o como sendo uma ação presente do locutor, isto é, ao se enunciar algo se age dessa ou daquela forma.

Na busca do tema de um performativo, o autor recupera os conceitos de Austin sobre locucional e perlocucional, mas para negá-los enquanto tema. O autor mantém o conceito de ilocucional de Austin como sendo "aquilo que se faz falando" situando no interior deste a pressuposição. No entanto, se é conservada a noção filosófica ela é também ampliada. Segundo Ducrot, ação é "toda atividade de um indivíduo quando caracterizada de acordo com as modificações que ela traz ou quer trazer" (Ducrot, 1977, p. 87), remetendo ainda este conceito ao de "ação jurídica", isto é, "quando a atividade se caracteriza por uma transformação das relações legais existentes entre os indivíduos concernidos" (idem).

Dessa forma, Ducrot avança na precisão teórica de ilocucional em relação à visão de Austin (bem como à postura de Searle) afirmando que o "ato ilocucional aparece então como um caso particular de ato jurídico, como um ato

jurídico realizado pela fala" (Ducrot, 1977, p. 88). A característica jurídica do ato ilocucional é um efeito anterior à enunciação, portanto, para se fazer uma descrição semântica de um performativo o "valor ilocucional" deve ser especificado.

Com base nesses conceitos, Ducrot tenta introduzir a noção de ato de pressuposição na definição de ato ilocucional. Para tanto, o ponto de partida é admitir que as frases fazem parte de um discurso mais amplo, nas palavras do autor, as frases são submetidas a uma "lei de encadeamento". O pressuposto é o elemento semântico que é encontrado na afirmação, na interrogação bem como na negação, possibilitando assim um encadeamento somente com aquilo que é posto. Os encadeamentos com base nos pressupostos correm o risco de apresentarem-se de forma tautológica, mas podem acontecer inferências com base em pressupostos, o que só reforçaria a tese de ser a pressuposição um ato realizado.

A pressuposição tem uma função no discurso. Realizar uma condição de progressão, não repetir-se ao nível do posto; e uma condição de coerência, isto é, uma certa redundância daquilo que está pressuposto. A partir destas colocações é que Ducrot vai determinar o ato de pressupor como sendo de caráter ilocucional, para ele "pressupor um certo conteúdo é colocar a aceitação de tal conteúdo como

condição de diálogo" (Ducrot, 1979, p. 101). Isso sem dúvida ilustra o valor jurídico na determinação das possibilidades de diálogo. O pressuposto regula a ação dos interlocutores, no discurso, obrigando-os a tomá-lo como quadro de sua própria fala, assegurando assim a continuidade da conversação. Caso um dos participantes quebre esta regra de continuidade é porque obviamente está quebrando com o próprio diálogo, estabelecendo assim uma transformação nas relações legais do discurso (o que pode dar origem a outro diálogo).

A descrição semântica pode dar uma aplicação de forma global à noção de pressuposição. Segundo Ducrot, descrição semântica

"é um conjunto de conhecimentos que permitem prever o sentido que recebe efetivamente cada enunciação da língua em cada uma das situações em que é empregada" (Ducrot, 1977, p. 116).

O autor enfatiza o fato de que não se pode precisar as significações sem a ocorrência contextual - ponto de partida da descrição semântica.

O sentido deve ser constituído por regras gerais, isso endoça o que dissemos antes sobre a proposta de um estruturalismo do discurso, visto que o sentido deve ser entendido como pertencente às relações sintagmáticas - combinações entre os enunciados que propiciam a continuidade

do discurso - e relações paradigmáticas - combinações entre enunciados com o mesmo paradigma argumentativo - ponto de chegada da descrição.

Assim, os componentes da descrição semântica são divididos em dois. Um "componente lingüístico", responsável pelo sentido literal ou significação, e um "componente retórico", responsável pela determinação de um sentido que leve em conta a situação a partir da significação.

Para justificar essa hipótese o "componente lingüístico" é submetido a duas condições já elaboradas por Saussure em relação à língua. A primeira - "a língua é um todo em si" - afirma que o "componente lingüístico" é um sistema. A segunda - "a língua é um princípio de classificação" - considera que a partir das significações (componente lingüístico) se pode formar um "componente retórico" capaz de dar conta do uso efetivo da língua.

Ducrot finaliza suas observações sobre o "componente lingüístico" afirmando que este "caracteriza os enunciados independente de qualquer enunciado, mas em relação ao papel que podem desempenhar na enunciação" (Ducrot, 1977, p. 141).

Quanto ao "componente retórico", são elaboradas regras que justificam as diferenciações feitas entre os dois

componentes. Essas regras especificam a produção de subentendidos (3).

Nos artigos publicados em *o Dizer e o Dito* (1987), Ducrot introduz várias modificações em relação à noção de pressuposição. Em "Pressupostos e subentendidos (reexame)" (1987) retoma a questão das relações entre pressupostos e subentendidos. Neste texto, o autor parte de algumas distinções terminológicas para expor a tese que realmente pretende reexaminar.***

A primeira distinção é entre frase e enunciado. A frase é um objeto teórico de domínio do gramático, não observável ao linguísta. O enunciado é a ocorrência da frase, isto é, o observável. À cada um o autor distingue as suas respectivas características semânticas. Ao primeiro denomina de significação - leis constituídas a partir da estrutura léxico-gramatical da frase. Ao segundo chama de sentido, observável ao domínio dos fatos, ou seja, é a descrição (representação) da enunciação. Essas definições indicam a configuração pragmática da teoria. Ao considerar a significação como característica semântica da frase, Ducrot atribui a ela a função de conter as indicações de uso quando enunciada. Assim, a frase contém todas as instruções

*** As convenções terminológicas a que estamos nos referindo são expostas detalhadamente no capítulo VIII do livro, cuja proposta é apresentar a Teoria Polifônica da Enunciação. Acharnos, portanto, importante explicitar essas convenções já neste momento, visto que o próprio Ducrot o faz só que de maneira muito reduzida em uma nota.

necessárias à compreensão dos sentidos, isso consiste em ver o enunciado como a descrição da enunciação. O que é comunicado pelo sujeito através do enunciado é a própria qualificação desse enunciado.

Neste artigo Ducrot elabora uma espécie de autocrítica procurando mostrar a trajetória que o fez deslocar a oposição entre pressupostos e subentendido. Ele considerava que os pressupostos eram determinados pela frase da qual o enunciado seria a realização. Essa tese é, pelo autor, dividida em duas formulações.

"1. A significação da frase pode implicar a existência, no sentido de seus enunciados, deste ou daquele pressuposto (...).

2. Todos os pressupostos que aparecem no sentido do enunciado estão já previstos na própria significação da frase (...)" (Ducrot, 1987, p. 32).

A primeira formulação Ducrot a mantém, com algumas reservas; a segunda, é por ele discutida.

Em relação a esta última é possível afirmar que o pressuposto está inscrito na significação enquanto que o subentendido (entendido como o resultado de um processo interpretativo do tipo "por que o locutor disse o que disse?" e "o que tomou possível o sua fala?") no sentido. Ora, se o subentendido responde sobre as condições de possibilidades da enunciação, então é de se esperar que

esteja presente no momento de enunciação. Assim, a oposição pressupostos/subentendidos equivale a distinção significação/sentido.

é essa a tese que Ducrot reexamina, e que, segundo ele, seria explicável caso o pressuposto fosse considerado como condição de emprego, isto é, referido às circunstâncias que possibilitam ou não que a frase seja enunciada. Não há motivo para se falar em condições de emprego de um enunciado já que ele próprio é um emprego.

Outra justificativa seriam os critérios clássicos utilizados para a identificação da pressuposição (negação e interrogação). Esses critérios estão ligados à entidade abstrata que é a frase. Junto a essa questão está uma outra relacionada à noção de ato ilocucional. De acordo com Ducrot, realizamos um ato ilocucional quando as palavras que empregamos são apresentadas de forma imediata como criadoras de obrigação para os interlocutores, diferente do ato perlocucionário que não está ligado às palavras empregadas (é um efeito) e nem tem um aspecto jurídico. Esse fato indiscutível levou o autor a uma conclusão discutível, ou seja, à idéia de que o ato ilocucional reivindica uma certa "eficácia própria das palavras", portanto, pertencente à frase. Como o autor descreve a pressuposição como um tipo de ato ilocucional semelhante ao

da asserção e da promessa, concluimos, também, que a pressuposição está inscrita na frase.

Ao colocar a pressuposição no domínio da frase deixam-se os subentendidos no mesmo nível do ato perlocucional, isto é, ligados às circunstâncias de enunciação. Disso resulta que os "atos derivados" teriam uma descrição, muitas vezes, paradoxal.

Ducrot retoma, então, a discussão das relações entre pressuposição e ato ilocucional, colocando em dúvida o poder intrínseco das palavras. Ora, se um ato pode ser realizado de maneira subentendida (o caso de um pedido via pergunta), não é admissível dizer que o ato pode se realizar de modo perlocucional ou ilocucional, tendo em vista a definição do ilocucional segundo a qual todo o pedido é ilocucional, conclui-se, portanto, que o ilocucional não está, necessariamente, contido na frase, podendo ser realizado de forma indireta.

Quanto à pressuposição, tendo ela o caráter de ato ilocucional também deve aparecer ao nível do enunciado e até do subentendido. Vejamos o exemplo dado por Ducrot: um enunciado do tipo "Pedro deixou de Fumar" pode subentender que "Pedro tem mais força de vontade que você"(1), mas ainda há outro subentendido o qual "diz" que "Parar de fumar é

prova de força de vontade"(2). Sendo (2) necessário para a aparição de (1), (2) aparece como um pressuposto de (1).

A respeito dos critérios clássicos (negação e interrogação) eles só podem afetar as frases, e têm uma aplicação reduzida, pois poucas frases podem a eles serem submetidas. Por isso, Ducrot sugere o critério de encadeamento.

"se uma frase pressupõe X, e um enunciado dessa frase é utilizado em um encadeamento discursivo, por exemplo, quando se argumenta a partir dele, encadeia-se com o que é posto e não com o que é pressuposto" (Ducrot, 1987, p.37).

se nem sempre é possível negar ou interrogar um enunciado, porém se pode encadear a partir dele. No discurso, trata-se de investigar sobre que enunciado se fez o encadeamento. Assim, Ducrot dá um novo conceito à pressuposição:

"chamarei 'pressupostos' de um enunciado às indicações que ele traz, mas a partir das quais o enunciador não quer (quer dizer, faz como se não quisesse) fazer recair o encadeamento". (Ducrot, 1987, p.38)

Graças à noção de encadeamento, Ducrot considera possível determinar em um enunciado o que é posto e o que é pressuposto. Assim, podemos admitir como pressuposto elementos que na teoria antiga não teriam esse estatuto, já que ao nível da frase não poderiam ser recuperados pelos critérios tradicionais.

Para melhor esclarecer essa concepção o próprio Ducrot sugere o seguinte exemplo: dizendo (A) "Fui à Alemanha com Pedro", através dos critérios da negação e da interrogação é impossível atribuir-lhe pressupostos como (a) "Fui à Alemanha" ou (b) "Viajei com Pedro", visto que nenhum desses conteúdos subsistem à aplicação, na frase, dos "critérios clássicos". Para resolver este problema, o autor propõe que ambos sejam pressupostos. Para isso, basta que se aplique a noção de encadeamento. Assim, se damos continuação a (A) falando a respeito do comportamento de Pedro na Alemanha (ou coisa que o valha) pressupomos (a); se, ao contrário, continuarmos (A) falando do fato de ter sido realizada tal viagem o que se põe é (a) e o que se pressupõe é a viagem de Pedro.

Da mesma forma, em Vogt (1977) é feita uma relação entre pressuposição e argumentação. Conforme o autor, a pressuposição deve ser tratada no domínio da argumentação na descrição semântica de uma língua, entretanto, isso deve se dar de uma forma diferenciada em relação aos argumentos e conclusões. Isto é, a argumentatividade pode ser descrita mas situada ao lado do posto, enquanto que o pressuposto não é atingido pelo encadeamento. Nesse sentido, podemos considerar a pressuposição como o quadro de realização do discurso que estabelece obrigações de caráter jurídico entre os interlocutores

"a pressuposição seria assim uma espécie de presunção de adesão dos auditores, por parte do locutor de um discurso, constituindo-se como premissa da argumentação a que ele se presta" (Vogt, 1977, p. 265).

Somos, portanto, levados a concordar com Castro (1990) para quem "a teoria da argumentação sustenta a lei de encadeamento: é ela que justifica o que se pode seguir ao discurso" (Castro, 1990, p. 69).

Finalmente, em "Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação" (1987), Ducrot retoma a questão da pressuposição examinada através da polifonia, já explicada (item 3.1.3).

Agora, a pressuposição é apresentada como um processo constituído por dois enunciadores (E_1) e (E_2). O primeiro identifica-se como o pressuposto, o segundo com o posto. (L) identifica-se com (E_2) realizando o ato de afirmar. (E_1) é assimilado a um "Se" (índice de indeterminação), que pode ser até a opinião pública, no interior da qual o locutor se encontra também. É preciso entender que o locutor incluído em "Se" não é (L) e sim (Y), o ser-no-mundo constituído independentemente do ato de enunciação pelo qual (L) é responsável.

Freda Indursky em seu artigo "Relatório Pinotti: o jogo polifônico das representações no ato de argumentar", procede da mesma forma, acrescentando que "... nesta

formulação o conceito de pressuposto ganha uma dimensão discursiva que não chegava a ter em formulações anteriores ...” (INDURSKY, in Guimarães, Org. 1989, p.97).

Vale lembrar que a unidade de análise é, aqui, considerada como sendo o “recorte”, por isso achamos que é sempre possível atribuir pressupostos, em uma dimensão discursiva, aos “recortes”. Dessa forma, não estamos trabalhando com a noção canônica de pressuposição, mas recorreremos ao instrumental teórico de Ducrot (polifonia e lei de encadeamento) para dar sustentação à idéia de **pressuposição discursiva de recortes** cuja função é integrar o esquema de dispersão do sujeito no plano textual.

Dessa forma, podemos esboçar um novo esquema para o plano textual, já caracterizado pela dispersão do sujeito em diferentes níveis e com diversas figuras enunciativas.

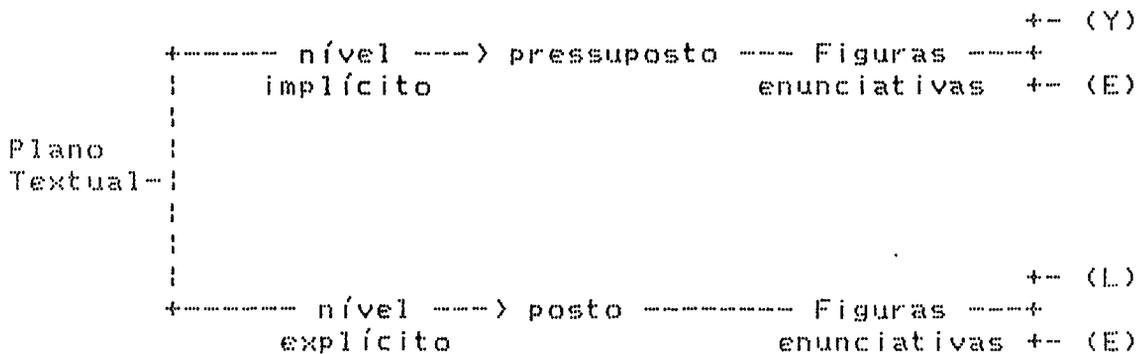


Figura 2 - Níveis do plano textual com figuras enunciativas

3.2 O Segundo Plano: o Discursivo

Até agora, apresentamos um dos planos de análise da subjetividade que integra a nossa hipótese operacional (item 3) cujo objetivo é descrever a subjetividade como um efeito de sentido que, acreditamos, encontra-se representado dispersivamente em dois níveis: o posto e o pressuposto. Chegou, pois, o momento de explicar como é, nessa perspectiva, a relação que as figuras enunciativas do **plano textual** tem com o **plano discursivo** e qual a função que o sujeito assume neste plano.

No **plano discursivo** estão configuradas as relações que as posições dispersivas do sujeito mantêm com a formação discursiva. Isto é, se um texto é atravessado por várias posições do sujeito, essas marcas são indícios de formas de assujeitamento que regem os mecanismos enunciativos.

Dessa forma, entendemos a dispersão como sendo um fenômeno ideológico que, por sua vez, conduz à ilusão da unidade do sujeito como fonte (origem do discurso).

3.2.1 A unidade: o princípio da autoria

Até o momento apresentamos um aparato teórico-metodológico que tem como função sustentar nossa hipótese inicial de se estudar a subjetividade, concomitantemente,

como uma dispersão e uma unidade. Enfim, devemos nos dirigir à explicitação desse último plano de análise para que possamos reunir elementos adequados ao estudo do **CORPUS** deste trabalho.

A questão da unidade do sujeito relacionada com o princípio da autoria é abordada por Orlandi (1988) em "Dispersão e unidade: uma questão do sujeito e do discurso". Muito do que temos discutido até agora está contido nesse artigo, entretanto, existem divergências sobre alguns pontos que devemos indicar, sob pena de não conseguirmos avançar neste estudo.

A diferença fundamental está em que Orlandi, ao tratar das formas de assujeitamento que regem os mecanismos enunciativos, o faz do ponto de vista de uma teoria do discurso. Propõe um plano de análise em que a unidade e a dispersão estão inter-relacionados no interior da formação discursiva dominante causando o efeito ideológico da unidade (autor). Nós concordamos com isso, só que apresentamos uma hipótese que tem dois planos de análise, sendo que um deles (o textual) contempla dois níveis (o posto e o pressuposto). O fato de propormos uma pesquisa que contemple o nível implícito e, notadamente, a pressuposição, caracteriza nosso trabalho em relação ao texto de Orlandi. O sujeito (e é o que temos defendido até o momento) enquanto efeito de unidade não deve ser estudado como uma dispersão

somente no nível textual explícito, esse efeito também é produto de uma dispersão implícita. O que fizemos, portanto, é somar às idéias da autora um aparato teórico-metodológico por ela não contemplado. Diremos, ainda, que tendo em vista a revisão bibliográfica feita no capítulo anterior, trabalhamos com a concepção de polifonia elaborada por Ducrot, mas a partir da perspectiva de dialogia de Bakhtin, ou seja, o diálogo é sempre um movimento de alternância de papéis assumidas pelo locutor (isso justifica o fato de considerarmos o "locutor-ser-no-mundo" como sendo constituído socialmente). A postura que assumimos leva-nos a tratar de outros fenômenos não desenvolvidos pela autora. Assim, no plano textual admitimos um momento de análise desmembrado da discussão acerca das questões da ideologia, visto que o modelo de Ducrot, aplicado nesse nível, não contempla esse problema. Além disso, assumimos a perspectiva da Teoria da Enunciação articulando-a com a teoria e análise do discurso.

Orlandi desenvolve sua investigação tendo como base a leitura de Foucault e é a ele que recorreremos para detalhar o que estamos sugerindo.

Em "L'ordre du discours" (1971) Foucault afirma que o discurso, enquanto realidade material, é controlado e delimitado por determinados processos:

"eu suponho que, em toda a sociedade, a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por objetivo conjurar-lhe os poderes e os perigos, dominar-lhe os acontecimentos aleatórios, de esquivar-lhe o peso, a terrível materialidade" (Foucault, 1971, p. 10).

Esses procedimentos podem ser internos e externos. Os externos funcionam como sistemas de exclusão que controlam o desejo e o poder. Dentre esses existem a proibição (normatização do que se fala, em que circunstância e por quem o discurso é proferido), a divisão e rejeição (divisão entre razão, loucura e anulação do discurso do louco); finalmente, a oposição do verdadeiro e do falso (justificada institucionalmente).

Os internos constituem, segundo o autor, outro grupo que controla o acontecimento e o acaso do discurso de acordo com princípios de classificação, de ordenação e de distribuição. Esse controle pode ser observado nas noções de comentário, autor e disciplina. Trataremos, pois, especificamente, da questão do autor para relacioná-la com nossa proposta.

De acordo com Foucault, o autor não deve ser entendido como o produtor externo do texto, mas como um princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem das significações, como centro (foyer) de sua coerência.

Entretanto, esse princípio não é constante, visto que existem discursos que não recebem seu sentido e eficiência de um autor (conversas, decretos etc...). Finalmente, o princípio do autor limita o acaso do discurso "pelo jogo de uma entidade que tem a forma da individualidade e do eu" (Foucault, 1971, p. 31).

Foucault diz, ainda, que não se trata de negar a existência do produtor/escritor, mas que esse na produção do discurso dá-se conta da **função de autor**. E é enquanto função enunciativa que tentaremos pensar o princípio da autoria. Para tanto, vejamos como Foucault entende essa noção só que em outro texto, **A Arqueologia do Safer** (1987).

Um enunciado é diferente de uma sequência de elementos linguísticos em função da relação que mantém com o sujeito. Não há necessidade de reduzi-lo a elementos gramaticais já que mesmo desprovido de marcas de primeira pessoa é possível atribuir um sujeito aos enunciados. Esses, por sua vez, não têm só uma relação com o sujeito. Sem querer falar do ser empírico, Foucault afirma que o sujeito é uma função determinada, é um lugar determinado e vazio que pode ser ocupado por indivíduos diferentes. Descrever um enunciado é descrever as posições do sujeito.

Ora, assumir essa postura, é abandonar a visão idealista do sujeito, passando a compreendê-lo não como uma

unidade e sim como uma dispersão que é consequência das diferentes posições possíveis de serem assumidas em um discurso.

A partir disso é que pensamos o autor como uma função ao lado de outras, já explicadas, como a de locutor e enunciador. Tendo em vista a dispersão heterogênea, é possível propor o autor como sendo a função produtora da unidade do discurso.

Falta ainda, para explicitar melhor o que entendemos por **plano discursivo** observarmos a relação existente entre o sujeito e a formação discursiva.

Conforme Pêcheux, se o sentido se realiza nas formações discursivas a partir de determinadas formações ideológicas, as palavras adquirem sentido quando aparecem (ou não) em um determinado discurso. Da mesma forma, os indivíduos acreditam estar na origem daquilo que é produzido sem perceberem que são interpelados em sujeitos através das formações discursivas representantes das formações ideológicas. É, portanto, na formação discursiva que o sujeito se identifica apresentando-se como autor enquanto unidade do discurso. Ou como afirma Brandão (1991)

"O conceito de formação discursiva regula (...) a referência à interpelação-assujeitamento do indivíduo em sujeito de seu discurso. É ela que permite dar conta de que sujeitos falantes, situados numa

determinada conjuntura histórico, possam concordar ou não sobre o sentido a dar às palavras, falar diferentemente falando a mesma língua! (Brandão, 1991, p.39)

Ao observarmos a constituição do sujeito concomitantemente nos dois planos, textual e discursivo, vemos que a ideologia produz, como efeito, a aparência de unidade do sujeito (e do discurso) no plano discursivo, ao lado da dispersão (posto e pressuposto) no plano textual.

Assim, sugerimos o seguinte esquema de análise do sujeito:

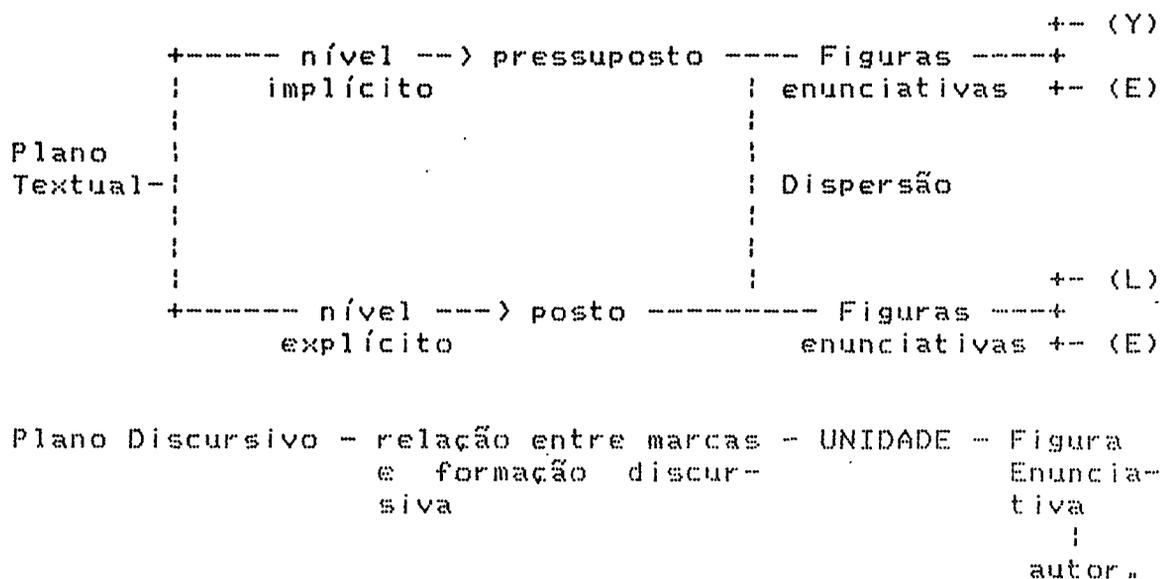


FIGURA 3 - Planos de unidade e dispersão do sujeito com as figuras enunciativas.

Feitas as reflexões a respeito da configuração dos dois planos de análise da subjetividade, resta ainda

elucidarmos as conseqüências teóricas das opções e procedimentos, até aqui, adotados.

Este trabalho inscreve-se em uma perspectiva pragmática, ou seja, a linguagem é vista como uma forma de ação cujos atos de fala são inseparáveis de uma instituição. Entretanto, sabemos do desacordo da Análise do Discurso quanto às posturas que repousam sobre a concepção da subjetividade como uma estável transparência de sentido e de constituição do sujeito.

A hipótese que propomos tenta relativizar as posturas acerca da questão. Não se trata de opor a liberdade do sujeito à "forma-sujeito", mas de estudar a subjetividade em dois níveis. O nosso esquema sugere um entrosamento entre diferentes perspectivas teóricas a fim de dar conta da análise do sujeito de um ponto de vista lingüístico. Por um lado, recorreremos à teoria de Ducrot para justificar o que dissemos no item anterior, ou seja, que o sujeito se marca no texto tanto implicitamente como explicitamente. Assim, a teoria polifônica ao lado da noção de pressuposição serviram de base para um momento da análise descomprometido com a questão da ideologia. Entretanto, não queremos dizer com isso que há um momento de ação do "sujeito livre", mas que para fins operacionais podemos primeiro identificar as posições que o sujeito ocupa, para depois descobrir-lhe a unidade. O fato de ter sido somado à

Teoria de Ducrot o conceito de enunciação de Guimarães (1989), a concepção de recorte de Orlandi (1984) e a idéia de alternância de Bakhtin (1992), comprova que o **plano textual (PT)** tem relação com a ideologia sem, no entanto, mascarar a dispersão do sujeito. Por outro lado, no **plano discursivo (PD)** recorreremos a Pêcheux para mostrar o efeito ideológico da unidade decorrente da relação das marcas de dispersão com a formação discursiva dominante.

Se no **(PT)** as figuras enunciativas são os enunciadores e os locutores, para o **(PD)** há a necessidade de uma figura que represente, analiticamente, o efeito da unidade. Por isso, lemos Foucault (1971) para a partir do conceito de autor propô-lo enquanto função enunciativa mais marcada pelo social (ideologia).

Assim, nosso trabalho não faz mais do que tentar quebrar as divisórias, geralmente tão sólidas, entre diversos modelos para que juntos possibilitem uma análise que acreditamos é mais ampla. Vale dizer, que essas relações foram feitas sempre a partir de uma exaustiva discussão das bases filosóficas de cada teoria como testemunha o item anterior deste trabalho (item 2).

NOTAS

(1) A concepção de "Pragmática Linguística" é melhor fundamentada no texto que serve de introdução ao livro *Os Atos de Fala* de John Searle, no qual Ducrot rediscute o conceito saussuriano de língua bem como justifica a pertinência de uma pragmática integrada à língua.

(2) Juntamente a essas figuras enunciativas encontra-se o alocutário, correlato do locutor, e o destinatário, correlato do enunciador. Entretanto, Ducrot não desenvolve a caracterização das funções exercidas por eles no contexto da teoria polifônica.

(3) Os subentendidos são caracterizados como sendo dependentes do contexto e exteriores ao sentido literal, portanto ligados ao domínio do "componente retórico". Para mostrar o funcionamento desse componente são citadas regras das quais podem originar-se os "subentendidos".

A primeira lei é a da "informatividade". O fato de informarmos alguém sobre alguma coisa carrega consigo a "subentendido" de que o ouvinte desconhece a informação. Essa lei é aplicada a nível do posto, o que significa que só pode ser explicada após uma análise prévia do "componente linguístico", a fim de precisar o posto e o pressuposto.

Outra lei é a de "exaustividade", a qual exige que o locutor informe o ouvinte o mais completamente possível, isto é, faça veicular a informação mais forte (não diríamos que uma casa incendiou, quando na verdade o que aconteceu foi a destruição de todo um bairro).

A última lei é a "litotes" que leva a interpretar um enunciado como dizendo mais do que sua "significação literal". A exemplo da lei anterior, esta também só age ao nível do posto e é dependente do contexto de enunciação, para o seu entendimento.

4 SOBRE O CORPUS

O problema da subjetividade tem sido preocupação de diversas áreas do conhecimento, como este trabalho pretende realizar uma análise no âmbito linguístico, fomos obrigados a optar por um corpus, cujo objetivo é sustentar empiricamente o que até agora propomos.

A análise dar-se-á sobre os enunciados veiculados nos jornais e revistas do país, em colunas geralmente denominadas de "frases" ou "palavras". Essas ocorrências são opiniões de diversas pessoas sobre os mais diferentes assuntos contextualizadas de forma impessoal pelo meio de comunicação.

Pensamos em trabalhar tanto ao nível das opiniões como também da contextualização***** em função de ser o

***** Para fins operacionais consideramos as informações que segem aos enunciados citados como sendo uma espécie de reprodução linguística do contexto sócio-histórico, portanto, devendo integrar a análise do plano discursivo e que de agora em diante chamaremos somente de contexto.

contexto sugerido, aparentemente, neutro. Ora, sabemos que a neutralidade inexistente em se tratando de linguagem, por isso parece ser interessante uma análise ampla.

Todos os enunciados têm a forma de um discurso citado em estilo direto, caracterizam-se, principalmente, pela sua brevidade e objetividade em relação ao assunto abordado. O critério utilizado para a coleta e seleção do corpus foi a presença de marcas como as conjunções, a negação e a ironia; marcas essas que serão analisadas de acordo com as instruções fornecidas pela Semântica da Enunciação.

Ressalte-se ainda que consideramos todas as ocorrências como sendo recortes de unidades discursivas maiores. Motivo pelo qual achamos que a pressuposição está potencialmente presente em todas as ocorrências, adquirindo, portanto, uma dimensão discursiva. Esta é a razão para que se considere o nível pressuposto como um nível sempre integrante dos planos de unidade e dispersão do sujeito.

Deve ser dito ainda, que na análise do corpus recorreremos à noção da "Escala Argumentativa" (Ducrot, 1973) para sustentar a idéia de "orientação argumentativa".

Passemos, pois, a apresentação dos enunciados deixando para a própria análise o detalhamento de questões, diferenças e características que seguramente aparecerão.

4.1 Apresentação do corpus

(1) *"Está na hora de também os bancos perderem um pouco"*. Walter Otto Bing, Presidente do Sindicato das Indústrias do Trigo do Rio Grande do Sul. (Zero Hora, 16.05.93)

(2) *"Eles sobem, mas também caem."* Secretária nacional de Economia, Dorothea Werneck, sobre os preços de produtos agrícolas. (Zero Hora, 12.01.92)

(3) *"A sonegação não é justa, mas em alguns casos pode ser legítima."* Marcílio Marques Moreira, Ministro da Economia, apontando a burocracia como responsável por muitos casos de sonegação. (Zero Hora, 14.06.92)

(4) *"A toque de caixa não votamos nada aqui."* Ibsem Pinheiro, Presidente da Câmara dos Deputados, sobre o apelo do governo para que o Congresso vote logo a reforma fiscal. (Zero Hora, 14.06.92)

(5) *"Eu não pretendia criar um panorama pessimista."* Domingos Cavallo, Ministro da Economia da Argentina, na reunião de sexta-feira em Buenos Aires, revisando sua opinião, manifestada em abril, de que a instabilidade no Brasil poderia inviabilizar o Mercosul. (Zero Hora, 24.05.92)

(6) *"Política não é arte de escolher entre o bom e o melhor, mas entre o mau e o pior."* O rei Hassan II, do Marrocos. (Veja, 16.06.92)

(7) *"Que economia! Parabéns aos caçadores de cadáveres".* O General Augusto Pinochet, ao ser informado da descoberta de fossas comuns com opositores do regime militar Chileno num cemitério de Banturgo (Veja, 11.09.91)

(8) *"A Justiça americana não funciona."* Muamar Kadafi, ao invocar o julgamento dos policiais em Los Angeles como pretexto para não extraditar os suspeitos pelo atentado de Lockerbie. (Veja, 20.05.92)

4.2 Análise

Análise de (1)

(1) *"Está na hora de também os bancos perderem um pouco".*
 Walter Otto Bing, Presidente do Sindicato das Indústrias do
 Trigo do Rio Grande do Sul. (Zero Hora, 16.05.93)

Plano Textual:

- Nível Posto

Para procedermos à análise de (1) passemos ao estudo dos operadores argumentativos *também* e *um pouco* para observar o movimento instaurado em (1).

Conforme Vogt (1977),

"para qualquer locutor *l* da Língua Portuguesa e qualquer que seja a intenção argumentativa de seu ato de enunciação, dizer *p* *também* *q* significa dizer que *p* e *q* tem a mesma força argumentativa, relativamente a tal intenção" (Vogt, 1977, p.131).

No caso de (1) *também* opera uma igualdade de força entre um conteúdo que está implícito que pode ser parafraseado por "existe outros que estão perdendo" e um conteúdo posto o qual afirma "que os bancos podem perder um pouco".

Considerando-se um quadro em que a conclusão fosse "devemos dividir as perdas" então a escala argumentativa poderia ser assim representada:

$$\begin{array}{l} \wedge \quad r \\ | \\ | \\ + \quad p \quad \text{também} \quad q \\ | \\ | \end{array}$$

Onde: r é a conclusão

p é o conteúdo implícito

q é o conteúdo explícito

que constitui o posto.

Quanto a **um pouco** se trata de um elemento que orienta argumentativamente para a afirmação do que está posto, positivamente. Assim, **um pouco** pode ser parafraseado por **mais**.

um pouco = mais

Considerando-se uma conclusão r como "os bancos devem ter sua quota de sacrifício" temos o seguinte esquema:

$$\begin{array}{l} \wedge \quad r. \\ | \\ | \\ + \quad \text{um pouco} = \text{mais} \\ | \\ | \end{array}$$

Portanto, podemos dizer que no nível posto do (PT) o locutor L afirma da perspectiva de um enunciador E a "necessidade da responsabilidade dos bancos pelas perdas" em comparação (através de também) com um conteúdo implícito. Ainda acrescenta que "os bancos podem assumir as perdas" (através de um pouco).

- Nível pressuposto

Neste nível devemos recuperar o que até agora temos chamado de implícito, para denominá-lo de pressuposto. Como foi dito, o também no posto instaura uma relação de igualdade com esse conteúdo. Desmembrando (i) nos conteúdos (i'') posto e (i') pressuposto temos:

(i') existe outros que já estão perdendo

(i'') este é o momento dos bancos também perderem um pouco.

Ducrot (1987) diz que a pressuposição é um processo constituído por dois enunciadores E2 responsável pelo posto; e E1 responsável pelo pressuposto, sendo que E1 é assimilado a uma voz pública (Se) junto a qual Y (ser-no-mundo) se encontra e E2 a L realizando a afirmação. Observe que E2 é o mesmo E aludido no nível anterior.

Consideramos (1') como uma pressuposição em função da lei de encadeamento. Ora a continuidade da ocorrência de (1) só é admissível se feita a partir de que "os bancos podem pagar as perdas" e não do caso de "existir outros que já estão pagando as perdas" (pressuposto). Parece ser esta a dispersão no (Pt) de (1). Identificamos dois movimentos. Primeiro o locutor L afirma que os "bancos também podem pagar as perdas", fazendo uso da perspectiva E2 correspondente ao representante do sindicato (ver plano discursivo). Finalmente, no nível pressuposto, enquanto locutor ser-no-mundo (presidente do sindicato) realiza o ato de pressupor que "existem outras que já estão perdendo" através da perspectiva E1 junto a qual está uma voz pública (coletiva).

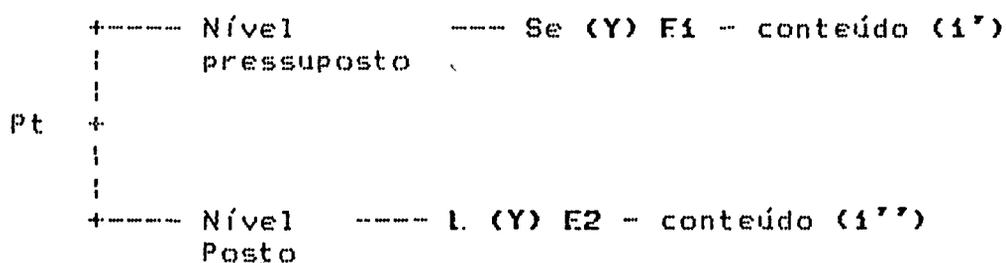
Plano Discursivo: (PD)

Neste plano se configura o efeito ideológico de unidade do sujeito que temos chamado de autor. Aqui, o jornal assume a postura de um locutor impessoal LI para identificar o autor empírico de (1), ao fazer isso inclui Y no nível posto do (Pt). É enquanto representante das indústrias e investido dessa autoridade que Y afirma que os "bancos podem pagar um pouco as perdas".

Da mesma forma, Y está presente também no nível pressuposto, pois ele se inclui na voz coletiva que diz "que

outros já estão pagando". Finalmente, o efeito de unidade é produto da inclusão de Y nesses dois níveis, recuperável, agora, através de LI no PD

Esquema de Unidade e Dispersão em (1)



PD - FD

dominante - LI que identifica Y - autor
(discurso do
sindicato)

Análise de (2)

(2) *"Eles sobem, mas também caem."* Secretária nacional de Economia, Dorothea Werneck, sobre os preços de produtos agrícolas. (Zero Hora, 12.01.92)

Plano Textual:

- Nível Posto:

Em (2) temos uma articulação entre duas sequências estabelecida pelo MAS. A Semântica Argumentativa tem apresentado a constituição dessas enunciações considerando

dois tipos de MAS. Um denominado de Mas SN e outro de MAS PA.***** O primeiro corresponde ao espanhol *Sino* que tem o valor de refutação aparecendo após uma proposição negativa. O segundo, equivalente ao espanhol *Pero* e não precisa seguir uma proposição negativa, ligando dois atos diferentes. Diremos que em (2) trata-se de uma articulação dada pelo MAS PA.

As descrições em torno do MAS PA estão sempre baseadas na teoria de Ducrot. Maingueneau (1989) ao estudar esse operador faz um rastreamento cronológico dessa teoria. Segundo ele, Ducrot parafraseia o movimento *p mas q*, ao afirmar que *p* é verdadeiro o locutor é levado a concluir *r*, mas não deve fazê-lo, pois *q* é colocado com o argumento mais forte para $\neg r$ do que *p* é para *r*. Assim,

"*p* é apresentado pelo locutor como devendo conduzir o interlocutor a concluir *r*; não está inscrito na natureza das coisas e, fora de contexto, a priori, não há nenhuma razão para opor os enunciados que são opostos por MAS. É o texto que, através de seu movimento, institui uma tal oposição". (Maingueneau, 1989, p. 165-6).

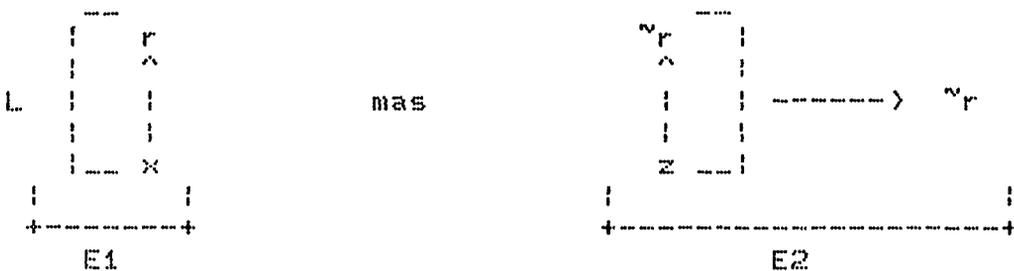
Em seguida Maingueneau acrescenta uma correção que Ducrot faz à sua análise de MAS PA. Aqui, *p* não é apresentado como argumento mais forte do que *q*, existe, pois, um locutor colocando *p* como "negligenciável" para apoiar-se em *q*. Na versão anterior dizia-se que MAS PA

***** Mas já foi objeto de vários estudos, conforme Vogt e Ducrot, 1980, Guimarães, 1987.

colocava q como mais forte; agora, **MAS PA** não estabelece diretamente relação entre p e q , apenas coloca p como "negligenciável", derivando maior força de q (Maingueneau, 1989, p. 167).

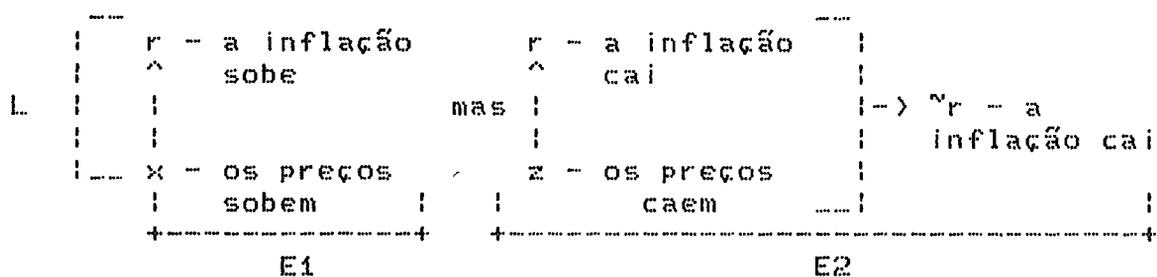
Finalmente Ducrot (1987) introduz a análise polifônica para estes casos. Os enunciados colocam em cena dois enunciadores $E1$ e $E2$ em que o locutor embora reconheça a pertinência da posição de $E1$ distancia-se deste assimilando-se a $E2$.

No caso de (2), no (Pt), temos um movimento que pode assim ser representado: sendo x e z os argumentos tem-se



L diz z que orienta à conclusão r da perspectiva de $E2$ e diz x que orienta à r da perspectiva de $E1$.

Vejamos como fica (2) a partir do que foi dito antes, considerando as conclusões:



E_2 é perspectiva de L porque é pela conclusão "a inflação cai" que o locutor se responsabiliza; já E_1 é perspectiva de Y porque a conclusão "a inflação sobe em função de que os preços sobem" é uma verdade de conhecimento de todos os brasileiros aos quais Y também pertence. Entretanto, há uma espécie de "monofonização" (conforme Orlandi, 1989) neste caso, pois o argumento z inclui novamente Y (a secretária de economia).

Nível Pressuposto:

Para trabalharmos com a noção de pressuposto devemos retornar ao nível anterior para ver o movimento instaurado por também.

A exemplo da ocorrência (1), em (2) também continua a operar uma igualdade entre os dois argumentos representados por x e z mas a direção argumentativa é contrária em função do MAS PA. Neste caso, sendo as conclusões r e r deduzidas dos argumentos x e z, o também opera uma igualdade entre os argumentos que têm o mesmo

pressuposto, ou seja, "os preços oscilam". Desmembrando (2) nos conteúdos posto (2'') e pressuposto (2') temos:

(2') Os preços oscilam

(2'') Os preços sobem mas também caem

No esquema polifônico de Ducrot temos:

Y da perspectiva E1 pressupõe (2');

L da perspectiva E2 põe (2'').

Acrescente-se que no encadeamento discursivo a sequência só seria possível a partir de (2'') e não do pressuposto (2').

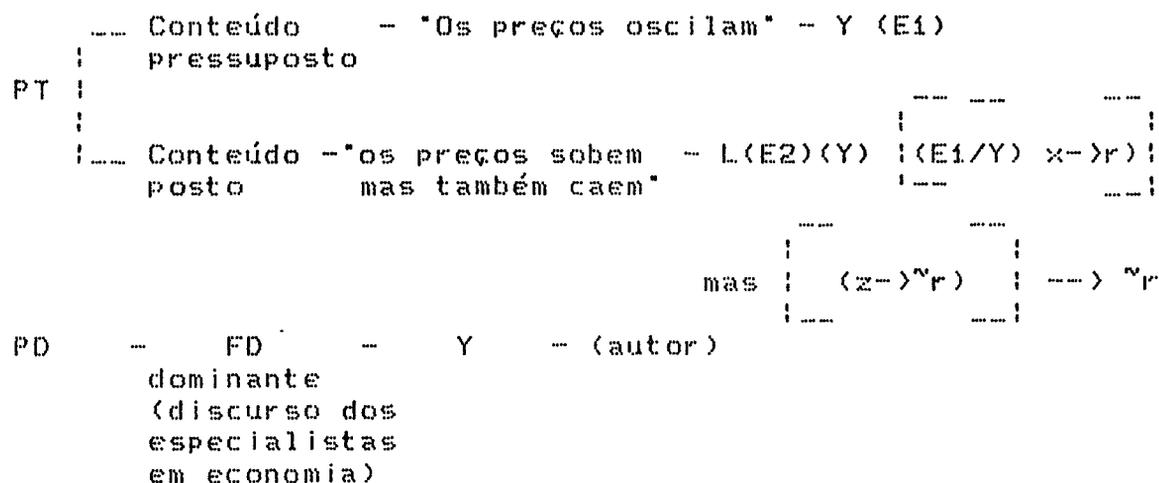
Plano Discursivo (PD):

Neste plano dissemos que se configura o efeito da unidade representado na figura enunciativa de autor. Se por um lado, as diferentes posições do sujeito correspondem à várias formações discursivas; de outro, é possível dizer que em decorrência de uma formação dominante há o apagamento dessas perspectivas, causando o efeito de unidade, foi isso que sugerimos em toda a nossa reflexão.

Assim, no PT percebemos que (2) apresenta um movimento discursivo caracterizado por várias vozes dispersas: a de um locutor Y que afirma que "os preços sobem" e "fala" da perspectiva de um enunciador E1 correspondente a uma verdade tácita; e a do locutor L que apresenta a certeza da "queda dos preços" da perspectiva E2 predominante argumentativamente no nível explícito.

A unidade se dá por um efeito de "monofonização" em que a perspectiva de Y se faz presente tanto no conteúdo de x como no de z no (Pt), bem como no nível pressuposto. É como representação discursiva de pessoa no mundo, dada pela contextualização do jornal, que a secretária de economia afirma "a queda dos preços", ela é investida de autoridade na realização de tal afirmação. Dessa forma, o fenômeno de unidade em (2) se dá não somente em virtude da autoria atribuída pelo jornal, mas pela predominância de uma perspectiva, notadamente a de Y.

- Esquema da dispersão e unidade em (2)



Análise de (3)

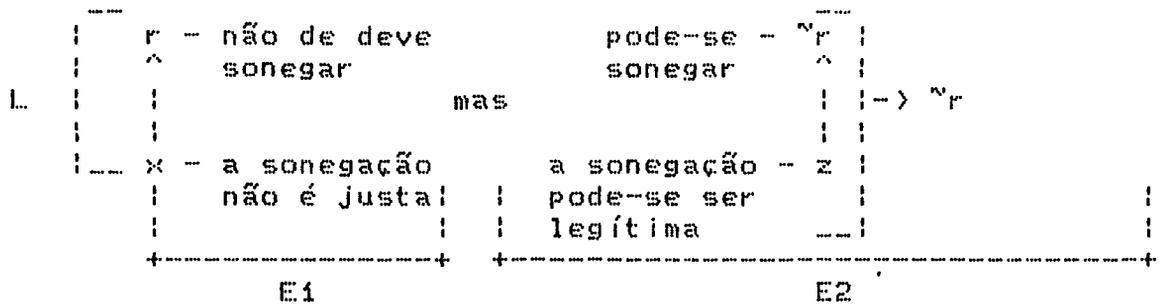
(3) *"A sonegação não é justa, mas em alguns casos pode ser legítima."* Marcílio Marques Moreira, Ministro da Economia, apontando a burocracia como responsável por muitos casos de sonegação. (Zero Hora, 14.06.92)

Plano Textual (Pt):

- Nível Posto:

Em (3), a exemplo de (2), a articulação é dada pela conjunção **MAS**. Apesar da negação presente na primeira proposição vamos considerar (3) como uma articulação do tipo **p MAS PA q**, isso porque não entendemos que se tenha um movimento único de refutação sendo, pois, o equivalente ao **Pero** espanhol.

Sendo x e $\neg x$ os argumentos, r e $\sim r$ as conclusões, vejamos a colocação de (3) no esquema de análise polifônica já explicado:



E2 é a perspectiva de L porque o locutor enquanto responsável pela enunciação apresenta z como argumento predominante (mais forte) cuja função é justificar o alto índice de sonegação. No entanto, o locutor também está presente em x através de E1, já que seria absurdo não concordar com "a injustiça da sonegação", só que, neste caso, trata-se do locutor ser-no-mundo Y, ou seja, o ministro da economia, único indivíduo competente para discorrer sobre o assunto. Finalmente, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de Y estar presente também junto a L pois é enquanto ministro da área econômica que o locutor tem autoridade para apresentar x como "negligenciável" e z como mais forte. Se repete, aqui, a monofonização presente em (2).

Nível Pressuposto:

Para analisarmos a dispersão ocorrida neste nível devemos retornar ao (Pt) a fim de estudarmos a negação contida em (3).

Conforme Koch (1987):

"Todo o enunciado negativo pressupõe um enunciado afirmativo de outro enunciador E1, incorporado ao discurso de um locutor L = E2". (Koch, 1987, p.146)

Também Indursky (1989) lendo Ducrot afirma:

"Para Ducrot, a negação pressupõe sempre uma afirmação anterior que, ao ser refutada, instaura o polêmico". (Indursky, 1989, p. 120 in Guimarães, 1989)

Dessa forma desmembramos (3) nos conteúdos posto (3'') e pressuposto (3'):

(3'') a sonegação não é justa mas em alguns casos pode ser legítima;

(3') a sonegação é justa.

Conforme Ducrot (1987) a atitude rejeitada não precisa, necessariamente, ser assimilada a ninguém, efetivamente. Em função do "desconforto" decorrente de uma possível identificação da voz positiva a alguém, pensamos que L identifica-se com a perspectiva de E2 realizando a negação presente em (3'') sem, no entanto, atribuir nenhuma responsabilidade na produção de (3').

Aplicando o critério do encadeamento parece ser óbvio que a continuidade de (3) se dá a partir do conteúdo x (a sonegação não é justa) e não da afirmação pressuposta.

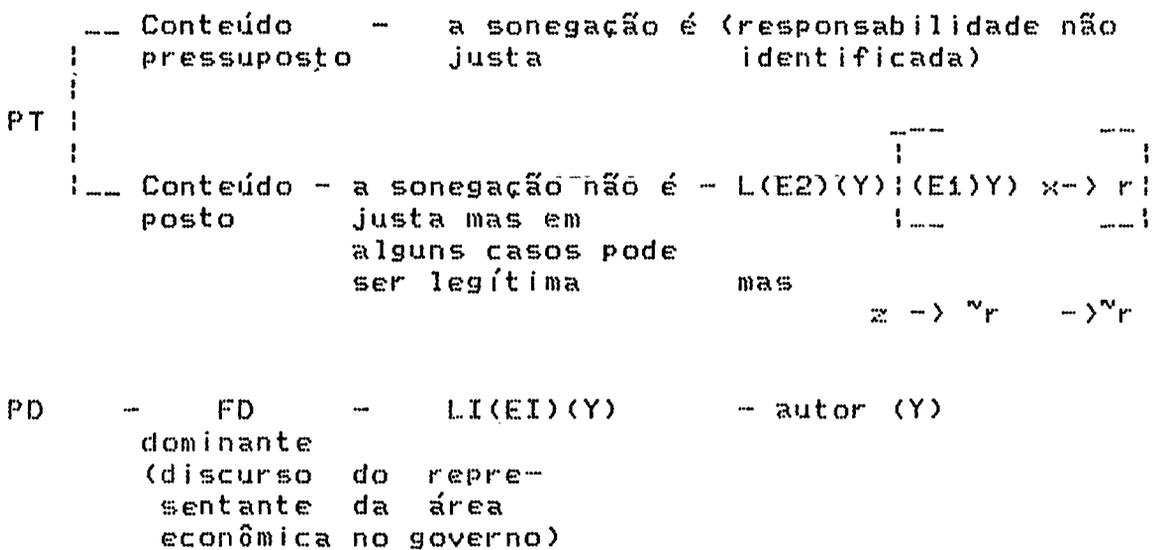
Plano Discursivo:

Neste plano, é fundamental que se recorra ao contexto dado pelo jornal, não só porque nela há a identificação de Y (observe, que consideramos Y como sendo constituído histórico-socialmente), mas porque percebemos uma tentativa de explicação impessoal sobre o enunciado citado. No caso de (3) as informações que lhe servem de contexto explicativo apresentam um duplo movimento: primeiro há um locutor impessoal LI que fala da perspectiva de um enunciador impessoal EI conferindo autoridade à enunciação de (3); por outro lado LI reproduz no interior de sua fala a voz de Y que teria apontado "a burocracia como responsável pela sonegação". Assim, neste caso, Y se oculta na perspectiva impessoal de LI.

Há uma espécie de justificação para o alto índice de sonegação de impostos no Brasil. O jornal através de LI imputa ao ministro da economia (legítimo representante do governo) a responsabilidade pela ineficiência do sistema tributário brasileiro, eximindo os eventuais contraventores da culpa pelo crime.

O efeito de unidade é obtido pela inclusão de Y em E2 no nível posto e junto a L do (Pt), bem como da sua manifestação através de E1 também no (Pt). Acrescente-se, ainda, a voz de Y recuperável através de LI no contexto dado pelo jornal.

- Esquema de dispersão e unidade em (3).



Análise de (4)

(4) "A toque de caixa não votamos nada aqui." Ibsem Pinheiro, Presidente da Câmara dos Deputados, sobre o apelo do governo para que o Congresso vote logo a reforma fiscal. (Zero Hora, 14.06.92)

Em (4) a negação deve ser analisada como o confronto entre dois pontos de vista. O primeiro, pressuposto, que

contém o conteúdo negado; o segundo, posto, que apresenta a negação do anterior. Ambos podem ser atribuídos a enunciadores diferentes. Vejamos a divisão de (4) em (4') e (4'').

(4') é possível votar a toque de caixa aqui;

(4'') a toque de caixa não votamos nada aqui.

Diremos que L. apresenta (4'') de uma perspectiva E2 correspondente ao lugar social de "presidente da câmara" (ver plano discursivo); e apresenta (4') da perspectiva de E1 sem se identificar com esse. Em outras palavras o conteúdo de (4') não precisa ser, necessariamente, assimilado a alguém enquanto ponto de vista negado.

- Plano Discursivo:

Neste plano é possível identificar a perspectiva dominante responsável pela unidade do discurso. O contexto dado pelo jornal identifica a pessoa que teria feito o enunciado citado, e a faz através de L.I que por intermédio de um EI legitima o conteúdo de (3). Ao fazer isso, reproduz a "voz" de outro enunciador E0 que é a perspectiva do governo que pede "rapidez ao congresso na votação da reforma fiscal".

Observa-se que E0 identifica-se com a perspectiva de E1 no nível pressuposto do (PT) que podemos considerar como o ponto de vista do governo. Acresça-se a inclusão de Y na primeira pessoa do plural (votamos) no nível posto do (PT), recuperável agora através de L.I. Ao informar que se trata da declaração do Presidente da Câmara dos deputados o jornal (LI) confere reconhecimento a (3) e instaura um lugar social do qual L. fala no (PT) que, acreditamos, inclui também Y, perspectiva dominante em (3).

- Esquema de dispersão e unidade em (4).

	---	Conteúdo	-	"é possível votar a	-	E1	
		pressuposto		toque de caixa"			
PT							
		---	Conteúdo	-	"não é possível votar	-	L(E2)(Y)
		posto		a toque de caixa"			
PD	-	FD	-	LI	(E1) (E0 = E1) (Y)	- autor (Y)	
		dominante					

Análise de (5)

(5) *"Eu não pretendia criar um panorama pessimista."*
 Domingos Cavallo, Ministro da Economia da Argentina, na reunião de sexta-feira em Buenos Aires, revisando sua opinião, manifestada em abril, de que a instabilidade no Brasil poderia inviabilizar o Mercosul. (Zero Hora, 24.05.92)

- Plano Textual:

De acordo com a Semântica Argumentativa podemos desmembrar (5) nos conteúdos (5') e (5''):

(5') havia a possibilidade de criar um panorama pessimista

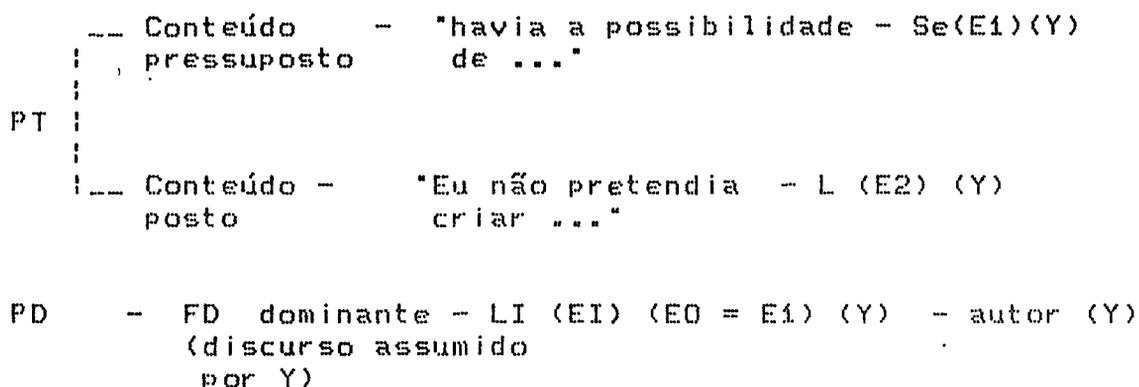
(5'') eu não pretendia criar um panorama pessimista

Sendo que I enuncia (5'') da perspectiva de (F2) e (5') da perspectiva de (E1). Neste caso, (E1) é assimilado a uma voz coletiva no interior da qual está a imprensa, o povo brasileiro e até mesmo Y (ver análise no plano discursivo).

- Plano Discursivo:

O jornal enquanto LI na perspectiva correspondente a um FI identifica o autor empírico de (5) e reproduz a "fala" de outro enunciador EO que afirma "que a instabilidade no Brasil pode inviabilizar o Mercosul". Assim, EO identifica-se com F1 no (PT). No interior de ambos (E1 e EO) encontra-se Y. Acrescente-se a isso que no pronome pessoal "eu" (plano textual) há uma associação explícita entre Y e L. A formação discursiva dominante corresponde ao "ser no mundo" e é por ela que se dá o efeito de unidade. Observe-se que Y aparece junto a F1, T. e EO.

- Esquema de unidade e dispersão em (5).



Análise de (6)

(6) *"Política não é arte de escolher entre o bom e o melhor, mas entre o mau e o pior."* O rei Hassan II, do Marrocos.
(Veja, 16.06.92)

Plano Textual:

- Nível Posto:

Aqui a articulação é dada-pelo Mas SN cuja função é ligar uma negação a uma retificação. Maingueneau (1989) ao discutir a negação como objeto de análise polifônica retoma J. Moeschler segundo o qual há retificação quando a refutação incide sobre um elemento do enunciado rejeitado. Em (6) é o caso dos pares bom-melhor/mau-pior. Esse tipo de refutação é situado no interior da negação polêmica e, como vimos, Ducrot (1987) a descreve enquanto um processo constituído por dois enunciadores: Decompondo (6) nos conteúdos (6') e (6''), obtém-se:

(6') política é saber escolher entre o bom e o melhor.

(6'') política não é saber ...

Assim temos: E1 perspectiva (6')

E2 perspectiva (6'')

Pela lei de encadeamento consideramos (6') (ponto de vista rejeitado) como pressuposto e (6'') (a rejeição) como posto.

Quanto aos locutores, no nosso entendimento, L identifica-se com E2 realizando a afirmação e E1 a uma voz coletiva (Se) que, no caso, pode muito bem ser a opinião pública, a voz de adversários políticos, etc ...

- Plano discursivo:

Julgamos fundamental considerar que Y além de ser referido pelas formas do paradigma do "eu" também é caracterizado historicamente (social). Assim no plano discursivo, há uma perspectiva impessoal LI que apenas identifica Y, o "ser-no-mundo", e dessa forma, o inclui na perspectiva de l. no plano textual.

- Esquema de unidade e dispersão em (6).

	---	Conteúdo	-	E1 (se)
		pressuposto		
PT				
		---	Conteúdo	-
		post	L (E2) (Y)	
PD	-	FD dominante	-	LI(Y) - autor (Y)
		(discurso assu-		
		mido por Y)		

Análise de (7)

(7) *"Que economia! Parabéns aos caçadores de cadáveres".* O General Augusto Pinochet, ao ser informado da descoberta de fossas comuns com opositores do regime militar Chileno num cemitério de Banturgo (Veja, 11.09.91)

Plano Textual:

- Nível Posto:

Seguramente, na leitura de (7), percebemos que se trata de uma ironia. Conforme Ducrot (1987) o fenômeno irônico é, frequentemente, descrito como uma forma de antífrase: diz-se A para deixar entender não - A, isto é, a inversão do sentido é produto de uma implicatura conversacional que o interlocutor aplica no reconhecimento do conteúdo enunciado. No entanto, essa forma de interpretação contraria a concepção polifônica de Ducrot, visto que repousa sobre o pressuposto da unicidade do sujeito falante.

Em virtude disso, Ducrot propõe que a ironia seja estudada como um processo em que o locutor L apresenta a enunciação como sendo a expressão da posição de um enunciador E. Segundo o autor, embora L seja responsável

pela enunciação ele não é identificado a E, muito pelo contrário, L distancia-se do ponto de vista de E, geralmente, porque considera-o absurdo. Ducrot ainda acrescenta, que na ironia é fundamental que L não apresente um outro enunciador (E') sustentando o ponto de vista admissível, basta que L e E sejam marcadamente distintas, e isto pode se dar através da situação ou até da entonação.

Em (7) esta distinção está marcada pela pontuação (exclamação que, de certa forma, reproduz a entonação) pelo ato de cumprimento "festivo" realizado por um presidente em decorrência do descobrimento de uma fossa comum de pessoa opositoras ao seu regime (ver análise no Plano Discursivo).

Na verdade, L assume a responsabilidade da enunciação de (7), apresentando-a como a expressão de um ponto de vista absurdo que, neste caso, poderia ser parafraseado por "parabéns ao caçadores de cadáveres pela descoberta, pois acharam muitos em um só lugar e isto é, realmente, econômico". Este ponto de vista é atribuído a um enunciador com o geral L não se identifica. L se responsabiliza, exatamente, pela ironia que faz ao confortamente desses "caçadores".

- Nível Pressuposto

Conforme Castro (1991), a análise da ironia, na perspectiva lingüística,

"possibilita a recuperação e a relação das idéias explícitas e implícitas que o sujeito veicula pela ironia, inserindo, aqui, toda a discursão sobre a pressuposição, entendida como o ato de dizer algo como se não se tivesse dito" (Castro 1991: p.119)

Em (7) o conteúdo pressuposto é dado a partir do adjetivo "caçadores" como sendo "aqueles que têm por hábito ou por profissão caçar, perseguir" (Aulete 1964: p.623). Este conteúdo é atribuído a outro enunciador E_2 representante do sujeito do conhecimento da realidade.

Ora, no Nível Posto a ironia acontece, exatamente, porque L. utiliza o ponto de vista de E_1 em uma outra perspectiva, ou seja, a de uma enunciador E_2 que contraria o conhecimento compartilhado da realidade e que, nesse caso, se dá em relação a "cadáveres". Em outras palavras, algumas pessoas fazem da "caça" a cadáveres a sua profissão.

Esquemáticamente temos até então o seguinte:

nível pressuposto: E_2 (identificado a L, representa o sujeito do conhecimento).

nível posto: E (correspondente ao ponto de vista absurdo, sem ser assimilado a alguém, especialmente).

E_2 (uso da perspectiva E_1 em uma nova situação pelo qual L somente se responsabiliza, mas não se assimila).

- Plano Discursivo:

Neste plano, temos afirmado que seu estudo possibilita recuperar a dispersão dando-lhe um caráter de unidade através da noção de autor. Em (7), o contexto dado pela revista permite identificar o autor empírico. É por intermédio dessa identificação que podemos encontrar a figura enunciativa Y junto a E_2 no nível posto do Plano Textual. É enquanto ser-no-mundo, Presidente do Chile, que Y instaura um processo de "desmoralização" da descoberta. Isto é, ao fazer isso o General Pinochet (representado discursivamente através de Y) sugere que embora as pessoas encontradas tenham sido opositores do seu regime, o seu governo em nada se relaciona com suas mortes. Contrariamente a isso, não passam de "cadáveres" (anônimos) descobertos por "caçadores".

Neste plano, há um duplo movimento discursivo. Primeiro, a revista enquanto LI apresenta o autor empírico de (7) e ao fazer isso acrescenta que os "cadáveres" são de opositores à ditadura militar de Pinochet. A perspectiva de LI é também impessoal (EI). Segundo, LI introduz Y junto a

Plano Textual:**- Nível Posto:**

Em (8) vejamos a relação estabelecida pela partícula "não". Segundo Maingueneau (1989),

"... é antiga a idéia de que é preciso distinguir em um enunciado negativo, duas proposições, a saber, uma proposição primeira e uma outra que a nega ...". (Maingueneau, 1989, p.80).

Observe a análise no nível pressuposto a seguir.

- Nível Pressuposto

Dividindo, então, (8) nos conteúdos (8') e (8'') temos:

(8') a justiça americana funciona

(8'') a justiça americana não funciona.

O locutor I põe em cena um enunciador E1 que sustenta o ponto de vista contido em (8') e um enunciador E2 que assume a negação, pela qual I se responsabiliza e com ela se identifica. Diremos, portanto, que E1 é assimilado a

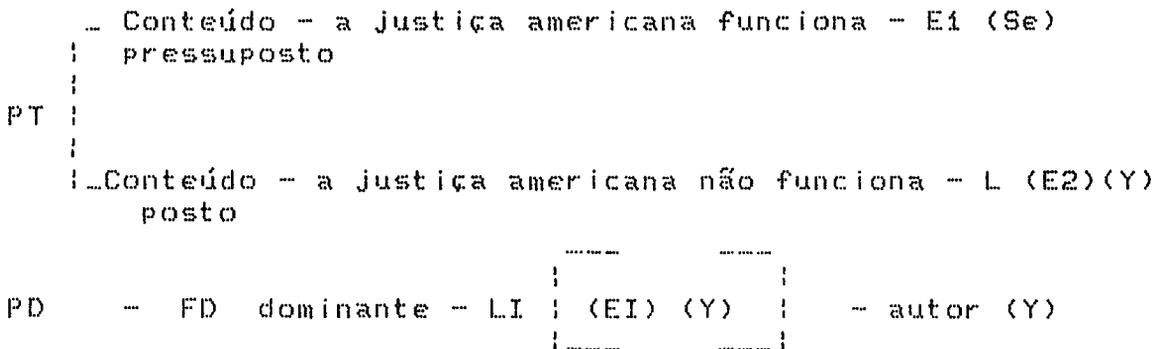
uma voz coletiva (se) cujo interior pode muito bem ser constituído pela perspectiva da própria sociedade americana.

Considerando-se pressuposto todo o conteúdo que não contribui para a continuidade do discurso, temos (8'') no nível posto e (8') no nível pressuposto.

- Plano Discursivo:

Neste plano, o jornal enquanto IJ e de uma perspectiva correspondente a FI relata a fala de outro enunciador EO que assume um conteúdo como "o julgamento dos policiais é um pretexto para não extraditar os suspeitos". Note-se que junto a EO encontra-se Y, é enquanto locutor constituído socialmente que ele faz tal afirmação. É possível, ainda, acrescentar que Y se inclui em L no plano textual, indentificável agora através de LI.

- Esquema de unidade e dispersão em (8).



4.3 - Considerações Finais

A análise feita procurou justificar empiricamente a hipótese proposta no capítulo 3. Para tanto, utilizamos o referencial teórico-metodológico da Semântica Argumentativa como sendo um meio para desmarcar a unidade do sujeito e propô-lo como uma dispersão. Entretanto, não fizemos um rastreamento da teoria argumentativa porque entendemos que isso poderia ser contemplado na própria análise, visto que este não é um trabalho sobre argumentação, mas que dela se vale para determinados fins.

Quanto à noção de pressuposição apresentada, embora esteja embasada na perspectiva de Ducrot, não segue canonicamente a proposta do autor, isto em função de que Ducrot trabalha com o enunciado enquanto unidade de análise, e nós retomamos o conceito de recorte a fim de estabelecer uma ligação com a Análise do Discurso. Assim, consideramos o nível pressuposto como um nível sempre presente e recuperável na dispersão do sujeito. Esse contato com as teorias que levam em conta a ideologia também foi possível a partir da idéia de "alternância" desenvolvida por Bakhtin. Ora, cada lugar de representação dos locutores e dos enunciadores é caracterizado conforme as condições e

situações de diálogo (dado, fundamentalmente, pelo **Plano Discursivo**).

Nesse sentido lemos o conceito de pressuposição em Ducrot através das interpretações proporcionadas por Indursky (1989) e Koch (1987), bem como a idéia de Castro (1990) que baseada no mesmo autor afirma que,

"(...) potencialmente a marca pressuposicional está presente em todas as enunciações dos enunciados". (castro, 1990, p. 61).

Assim, a autonomia do sujeito frente ao texto é uma decorrência, um efeito da dispersão. Na análise que fizemos isso se evidenciou no reconhecimento do apagamento de determinadas perspectivas em prol de uma formação dominante, notadamente, daquela correspondente ao autor empírico do texto.

Há de se questionar se este efeito, no **corpus** escolhido, não era uma conclusão óbvia. Ora, através das instruções fornecidas pela Semântica Argumentativa mostramos que a organização textual é heterogênea, o fato da coincidência entre autor empírico (dado pelo jornal) e a figura enunciativa da unidade (o autor), nada mais é que a constatação do que defendemos no decorrer deste trabalho. Isto é, a unicidade do sujeito é produto de um silenciamento

que se dá sobre a ilusão de que tudo que é dito dele se origina (do sujeito).

Ressalte-se ainda que assumimos a perspectiva da Teoria da Enunciação. Tanto o **plano textual** como o **discursivo** foram caracterizados à luz dessa teoria. Apenas recorreremos à Análise do Discurso para definir o caráter histórico-social do sujeito. Isso justifica o fato de não termos optado pelo modelo de Pêcheux, visto que esse autor desenvolve suas reflexões a partir de uma teoria do discurso que, em nossa concepção, corresponde somente a um plano de análise. Resta, ainda, dizer que o objetivo norteador deste trabalho foi enfatizar a reflexão teórica como pressuposto para a aplicação de modelos específicos de análise.

5 Conclusão

Encarando retrospectivamente este trabalho, fizemos uma revisão bibliográfica com o objetivo de buscar o conceito de sujeito em diversas teorias da linguagem. Para tanto, recorremos a Benveniste cuja proposta coloca o sujeito enquanto centro e origem da linguagem. Discordamos dessa perspectiva em função dela não contemplar a constituição histórico-social que "a priori" julgamos que deveria nortear nossas investigações. Por outro lado, procuramos em Bakhtin os fundamentos de uma concepção que levasse em consideração o elemento ideológico, entretanto, a inexistência de um modelo de análise da interação verbal proposta pelo autor nos fez abandonar a idéia de uma aplicação direta das idéias de Bakhtin. Localizamos o conjunto dessas investigações no interior das chamadas teorias da enunciação (conforme item 2.1).

Em seguida revisamos a proposta de Pêcheux para quem o sujeito uno é pura ilusão ideológica, ou seja, o que existe é uma "forma-sujeito" que nada mais é que o produto da interpelação velada da ideologia em relação ao conceito de "sujeito livre". Assim, na busca de posturas que relativizem as até então estudadas encontramos ressonância nas formulações de Martins (1990) que apresentou uma análise da enunciação dividida em diferentes níveis, perspectiva essa que orientou a continuidade deste trabalho na direção de uma proposta de análise da subjetividade também em níveis diferenciados.

Com tal intuito, sugerimos um esquema constituído pelas noções de dispersão e unidade já estudadas por Orlandi (1988). Em um primeiro plano, denominado de **textual**, identificamos a dispersão das vozes assumidas pelos locutores através do aparato teórico metodológico fornecido pela Teoria Polifônica da Enunciação em dois níveis, simultaneamente, o **posto** e o **pressuposto**.

No segundo plano, o **discursivo**, estudamos as relações entre as marcas lingüísticas do sujeito e as formações discursivas dominantes. Se no **plano textual** as figuras enunciativas eram os locutores e os enunciadores, agora, trata-se do autor, figura responsável pelo efeito ideológico de unidade do sujeito, conceito este retirado das reflexões de Foucault.

Dessa forma, constatamos que a subjetividade assume várias perspectivas representativas cada uma de diferentes formações discursivas. É pela predominância de uma perspectiva que se tem a ilusão da unicidade do sujeito.

A partir dessas considerações reiteramos nossa posição inicial de relativização da subjetividade. Não se trata de negar a "forma-sujeito" ou de assumir o enfoque benvenistiano, mas de considerar o sujeito em diferentes representações.

Se este trabalho não contribui para ciência construindo um modelo de análise, de outra maneira, estabelece pontos de contato entre as teorias que, seguramente, conduzem à reflexão mais ampla. As sugestões aqui apresentadas estão limitadas a uma aplicação restrita, entretanto, nada impede que sejam estudados em corpus de outra natureza.

Em se tratando especificamente do corpus trabalhado o efeito da autoria (unidade) não é produto apenas da identificação dada pelo jornal, mas da sobredeterminação de uma "voz" em relação às demais.

Enfim, é preciso reiterar que fomos instrumentalizados por duas perspectivas teóricas a discursivista e a polifônica. A teoria polifônica ao

contemplar a dispersão, explicita a organização das "vozes" no **plano textual**. A teoria discursivista relaciona-as com a ideologia ao situá-las no interior de determinadas formações discursivas. Ao fazer isso evidencia a unicidade como um efeito (ideológico) na constituição do sujeito.

6 BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. Lisboa: Martins Fontes, 1980.
- AUSTIN, J. L. Quando Dizer é Fazer. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 136 p.
- AUTHIER - REVUZ, J. Heterogeneidades, enunciativas. Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas, n. 19, p. 25-42, Jul/Dez 1990.
- BAKHTIN, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: HUCITEC, 1988. 196 p.
- _____. Problemas da Poética de Dostoiévski. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- _____. Os gêneros do discurso. In: Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 421 p. p. 277-326.
- BENVENISTE, E. Problemas de Lingüística Geral I. 2. ed., São Paulo: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988. 387 p.

- BENVENISTE, E. Problemas de Linguística Geral II. São Paulo: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989. 294 p.
- BRANDÃO, H. Introdução à Análise do Discurso. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992. 96 p.
- BREAL, Michel. O Elemento subjetivo. In: Ensaio de Semântica. São Paulo: EDUC: Pontes, 1992. 223 p.
- CASTRO, Maria Lília. As articulações da ironia nas máximas/mínimas do Barão de Itararé. São Paulo: USP, 1990 - 311 p. Tese de doutorado.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991. 556 p.
- CERVONI, Jean. A Enunciação. São Paulo: Ática, 1989. 104 p.
- CHAUÍ, M. O que é Ideologia. São Paulo: Brasiliense, 1981. 125 p. (Coleção Primeiros Passos).
- _____. Crítica e Ideologia. In: Cultura e Democracia. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1990. 309 p. p. 15-38.
- CHOMSKY, N. Aspectos da Teoria da Sintaxe. Coimbra: Arménio Amado, 1978.
- DUCROT, O. Princípios de Semântica Linguística. São Paulo: Cultrix, 1977. 331 p.
- _____. O Dizer e o Dito. São Paulo: Pontes, 1987. 222 p.

- DUCROT, O. Estruturalismo e Linguística. São Paulo: Cultrix, 2 ed. 146 p.
- _____. Enunciação. In: Enciclopédia Einaudi, Volume 2, Linguagem - Enunciação. Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1984. p. 368-393.
- _____. As escolas argumentativas. In: Provar e Dizer. São Paulo: Global Universitário, 1981. 264 p. 178-228.
- DUCROT, O. e TODOROU. Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem. 2 ed., rev. e amp. São Paulo: Perspectiva, 1988. 339 p.
- ECO, Umberto. Como se Faz Uma Tese. São Paulo: Perspectiva, 1988. 170 p.
- FIORIN, J. L. Polifonia textual e discursiva. In: VI Encontro Nacional da ANPOLL, 1991.
- FOUCAULT, M. L'ordre du Discours. Paris: Gallimard, 1971. 82 p.
- _____. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense - Universitária, 1987. 239 p.
- _____. Vigiar e Punir. Rio de Janeiro: Vozes, 1987. 280 p.
- GALLO, Solange Leda. Discurso da Escrita e Ensino. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992. 96 p.
- GARCIA, O. M. Comunicação em Prosa Moderna. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986. 514 p.

- GERALDI, João Wanderley, ILARI, Rodolfo. Semântica. São Paulo: 3 ed. Ática 1987. 96 p.
- GUIMARÃES, E. (org). História e Sentido na Linguagem. São Paulo: Pontes, 1989. 163 p.
- _____. Texto e Argumentação: Um estudo de conjunções do português. São Paulo: Pontes, 1987. 200 p.
- HAROCHE, Claudine. Fazer Dizer, Querer Dizer. São Paulo: Hucitec, 1992. 224 p.
- INDURSKY, F. Relatório Pinotti: O jogo polifônico das representações no ato de argumentar. In: GUIMARÃES (org.). História e Sentido na Linguagem. São Paulo: Pontes, 1989. 163 p. p. 93-127.
- LAHUD, Michel. A Propósito da Noção de Dêixis. São Paulo: Ática, 1979. 144 p.
- _____. Linguagem e ideologia. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, n. 2, p. 45-55. 1981.
- LYONS, J. Linguagem e Linguística. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 320 p.
- _____. Introdução à Linguística Teórica. São Paulo: Editora Nacional, 1979. 545 p.
- KOCH, I. V. Argumentação e Linguagem. São Paulo: Cortez, 1987. 240 p.
- MAINGUENEAU, D. Novas Tendências em Análise do Discurso. São Paulo: Pontes, 1989. 198 p.

- MAINGUENEAU, D. Análise do Discurso: a questão dos fundamentos. Ca-dernos de Estudos Lingüísticos. n. 19, p. 65-74, jul./dez. 1990.
- MARTINS, E. J. Enunciação e Diálogo. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990. 196 p.
- ORLANDI, E. P. A Linguagem e Seu Fundamento: as formas do discurso. 2 ed. rev. e amp. São Paulo: Pontes, 1987. 276 p.
- _____. Discurso e Leitura. São Paulo: Cortez, 1988. 118 p.
- PARRET, H. Enunciação e Pragmática. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1988. 256p.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET e HAK (org). Por Uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990. 314 p. p. 61-161.
- _____. O Discurso: estrutura ou acontecimento. São Paulo: Pontes, 1990. 68 p.
- _____. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectiva. In: GADET e HAK (org). Por Uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990. 319 p. p. 163-252.
- _____. e FUCHS, C. Discurso e ideologia(s). In: Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1988. 317 p. p. 141-185.

- POSSENTI, S. Discurso, Estilo e Subjetividade. São Paulo: Martins Fontes, 1988. 218 p.
- SAUSSURE, F. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix.
- SEARLE, J. Os Actos de Fala. Coimbra: Livraria Almedina, 1984. 270 p.
- VOGT, Carlos. Linguagem Pragmática e Ideologia. São Paulo: HUCITEC, 1980. 168 p.
- _____. O Intervalo Semântico. São Paulo: Ática, 1977. 282 p.
- WITTGENSTEIN, L. Investigações Filosóficas. São Paulo: Abril, 1975. 226 p. (Coleção Os pensadores).